

MARIANA AIRES COELHO ARAUJO DIAS

**O JULGAMENTO DOS RECURSOS ESPECIAIS REPETITIVOS COMO
FATOR DE GARANTIA DO PRINCÍPIO DA CELERIDADE
PROCESSUAL**

Monografia apresentada como requisito para
conclusão do curso de bacharelado em Direito do
Centro Universitário de Brasília-UniCEUB
Orientador: Prof. César Binder

BRASÍLIA
2011

AOS MEUS PAIS COM O MAIOR AMOR QUE HOVER.

Agradeço aos meus pais fontes de inspiração, dedicação e perseverança.
Ao meu amado irmão Felipe pelo apoio incondicional.
Ao Ulysses por todo o seu carinho e incentivo, que foram essenciais para a minha vitória.
Aos colegas do escritório Puppín Advogados Associados por todo o aprendizado e apoio.

RESUMO

Dada a histórica morosidade da prestação jurisdicional pelo Poder Judiciário brasileiro e o evidente padecimento de efetividade que o acompanha, a Emenda Constitucional 45/2004 incluiu, em nosso ordenamento jurídico, o princípio da celeridade processual e da razoável duração do processo, pela inserção de dispositivos que sustentam a criação de novos institutos processuais voltados à solução desses problemas e de seus consectários. Neste sentido e em aplicação ao novo princípio constitucional foi criada a Lei dos Recursos Especiais Repetitivos (Lei 11.672/2008), com a finalidade de diminuir a demanda de recursos especiais submetida ao Superior Tribunal de Justiça, pois os recursos que versarem sobre a mesma questão de direito ficarão sobrestados até a decisão unificadora do STJ. O presente trabalho tem, assim, o escopo de analisar o novo procedimento como fator de garantia do princípio da celeridade processual, a partir da análise de dados estatísticos, a fim de verificar se este novo instituto representou, em si mesmo, adequada solução ao abrandamento dos números e índices que informam essa indesejada ineficiência jurisdicional.

Palavras-Chaves: Direito Processual Civil. Recurso Especial. Emenda Constitucional 45. Celeridade. Razoável duração do processo. Lei 11.672/2008. Recursos Repetitivos. Procedimento. Eficiência.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	7
1 DO RECURSO ESPECIAL.....	9
1.1 Considerações introdutórias.....	9
1.2 Aspectos processuais do recurso especial.....	10
<i>1.2.1 Hipóteses de cabimento</i>	<i>11</i>
1.2.1.1 Alínea “a”	11
1.2.1.2 Alínea “b”	14
1.2.1.3 Alínea “c”	15
1.3 Requisitos de admissibilidade do recurso especial	17
<i>1.3.1 Dos requisitos genéricos intrínsecos</i>	<i>17</i>
<i>1.3.2 Dos requisitos genéricos extrínsecos</i>	<i>18</i>
1.4 Procedimento do recurso especial.....	19
1.5 O recurso especial retido.....	22
1.6 Os efeitos do recurso especial	24
2 OS RECURSOS ESPECIAIS REPETITIVOS.....	29
2.1 A Emenda Constitucional 45/2004	29
<i>2.1.1 O princípio da celeridade processual e da razoável duração do processo</i>	<i>29</i>
<i>2.1.2 A repercussão geral como tentativa de desobstruir o STF</i>	<i>34</i>
2.2 A ferramenta do recurso repetitivo	36
<i>2.2.1 Fundamentos</i>	<i>38</i>
2.3 O julgamento dos recursos especiais repetitivos por amostragem	40
<i>2.3.1 Procedimento</i>	<i>41</i>
2.4 A desistência do recurso paradigma	45
3 DA EFICÁCIA DO NOVO PROCEDIMENTO	48
3.1 Os resultados da Lei 11.672/2008	48
3.2 As propostas do novo Código de Processo Civil	52

3.2.1 <i>Decisão vinculante dos recursos repetitivos</i>	53
3.2.2 <i>Suspensão do procedimento das demais ações</i>	55
3.2.3 <i>Incidente de resolução de demandas repetitivas</i>	56
CONCLUSÕES	60
REFERÊNCIAS	63

INTRODUÇÃO

A morosidade da Justiça brasileira está definitivamente ligada à tradição e cultura nacionais, que sempre mostraram uma grande simpatia e afinidade pelos recursos, facilitando assim o reexame da decisão de um órgão inferior por um órgão superior e, conseqüentemente, aumentando em muito as demandas das Cortes Superiores, deixando-as, ainda mais obstruídas.

Diante de tamanha sobrecarga, não restam dúvidas de que atualmente a atividade das Cortes Superiores encontra-se evidentemente obstruída, demandando a busca por mecanismos que possam reconstituir a desejável eficiência do fluxo decisório no âmbito dos órgãos jurisdicionais e tornar a tramitação processual mais célere e racional. Essa busca pelo resgate da celeridade processual tem pautado, nos últimos dez anos, não só o trabalho do constituinte derivado, mas também a atividade do legislador ordinário e dos maiores doutrinadores e processualistas da comunidade jurídica pátria.

Nesse contexto, a Emenda Constitucional 45/2004 representa o mais importante pilar da “Reforma do Judiciário”, principalmente no que se refere a fazer da “celeridade processual” um direito fundamental, pela introdução, no Art. 5º, do inciso LXXVIII, atribuindo a todos o direito à razoável duração do processo e à celeridade em sua tramitação.

Com o escopo de garantir a aplicação dos mencionados princípios, o legislador cada vez mais tenta criar mecanismos que possam contribuir não apenas para a celeridade processual, mas também para a qualidade das decisões a serem proferidas, o que é de grande relevância tendo em vista os números preocupantes de litígios que assoberbam o Poder Judiciário, e, em especial, as Cortes Superiores.

Assim, promulgou-se a Lei nº 11.672/2008, que disciplina o julgamento dos recursos especiais repetitivos, objeto de exame no curso do presente trabalho, por meio do qual será analisado o novo procedimento e sua contribuição para a garantia de uma prestação jurisdicional ágil e racional. Buscar-se-á, portanto, verificar se o novo mecanismo de gênese infraconstitucional garante, de fato, o princípio da celeridade processual.

No capítulo de abertura serão abordados os aspectos gerais e específicos do recurso especial, as hipóteses de cabimento, conforme o Art. 105, III, da Constituição Federal, os requisitos de admissibilidade e os efeitos do recurso. Além disso, será tratado o procedimento para julgamento dos recursos especiais.

No segundo capítulo será abordado o princípio constitucional da celeridade e da razoável duração do processo, além dos dispositivos correlatos contidos do corpo da Lei nº 11.672/2008 que inseriu em nosso ordenamento o modelo vigente de aplicação do julgamento de recursos especiais repetitivos. Assim, serão abordados os fundamentos e o procedimento desse julgamento.

Finalmente, no último capítulo será analisada a eficácia do novo instituto, pela abordagem dos elementos que permitem verificar se o procedimento de julgamentos repetitivos está surtindo ou não os efeitos esperados e se a Lei dos Recursos Repetitivos contribui de forma adequada ou inadequada para a garantia do princípio da celeridade processual. Ademais, serão abordadas algumas propostas atualmente discutidas para a promessa de razoável duração do processo e celeridade processual insculpida no texto atual da Constituição Federal.

1 DO RECURSO ESPECIAL

1.1 Considerações introdutórias

Como tentativa de aliviar o grande número de recursos extraordinários que eram submetidos ao Supremo Tribunal Federal, enquanto este era responsável por matéria constitucional e infraconstitucional, o Superior Tribunal de Justiça foi criado pelo constituinte de 1988. Assim, a função de zelar pela integridade e pela uniformização da interpretação do direito federal infraconstitucional passou a ser do novo tribunal, diminuindo em grande parte as demandas que eram de apreciação do Supremo.

O Superior Tribunal de Justiça tem jurisdição em território nacional e é composto por no mínimo trinta e três ministros, escolhidos pelo Presidente da República, depois de indicados em lista tríplice elaborada pelo Plenário do próprio tribunal.¹ No tocante à sua organização, a Corte Superior funciona em Plenário, Corte Especial, três Seções (direito público; direito privado; criminal e outras) e seis Turmas.²

Para que o novo tribunal pudesse cumprir com a sua missão, foi criado o chamado recurso especial, como instrumento por meio do qual se fizesse possível a submissão ao Superior Tribunal de Justiça, de eventuais ofensas à legislação federal praticadas a partir da atividade jurisdicional *a quo*, mas também dos dissídios jurisprudenciais acerca da interpretação do direito federal infraconstitucional.³

O recurso especial, em regra, é julgado por uma turma. Em alguns casos, poderá ser julgado por uma Seção quando o recurso tratar de questão relevante, e para prevenir divergência no julgamento entre turmas da mesma Seção. Além disso, o recurso

¹ Artigo 104, da Constituição Federal/1988.

² Artigo 2º, do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça.

³ SOUZA, Bernardo Pimentel. **Introdução aos recursos cíveis e à ação rescisória**. 6. ed. São Paulo: Saraiva, 2009, p. 807.

poderá também vir a ser julgado pela Corte Especial, quando convier pronunciamento do órgão jurisdicional máximo do tribunal, tendo em vista a relevância da questão jurídica, e para prevenir a divergência entre as Seções.⁴

1.2 Aspectos processuais do recurso especial

A Constituição Federal traz em seu Art. 105, inciso III, disposição no sentido de que compete ao Superior Tribunal de Justiça “julgar, em recurso especial, as causas decididas, em única ou última instância, pelos Tribunais Regionais Federais ou pelos tribunais dos Estados, do Distrito Federal e Territórios”, em três hipóteses, elencadas nas alíneas do mesmo inciso.

As “causas decididas” em única instância são aquelas de competência originária dos tribunais e as decididas em última instância são as que decorram de revisão da apreciação do litígio em primeiro grau, ou seja, as que venham a ser reapreciadas em grau de recurso. Tanto as causas de única ou última instância pressupõem uma decisão contra a qual já foram esgotadas todas as vias recursais cabíveis na instância ordinária. Assim, uma decisão que ainda seja recorrível por via de embargos infringentes, por exemplo, não pode ser impugnada pela via de recurso especial, como prevê o Enunciado nº 207 da Súmula do STJ.

Ao utilizar a locução “causas decididas”, o constituinte, no citado dispositivo faz a exigência de que a matéria jurídica apreciada no recurso especial tenha sido solucionada no julgado recorrido. Assim, surge a necessidade do chamado *prequestionamento*.⁵

O prequestionamento é um dos requisitos de admissibilidade específicos do recurso especial e nada mais é que a exigência de que haja prévias alegação, arguição e

⁴ Artigo 13, do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça.

⁵ SOUZA, Bernardo Pimentel. **Introdução aos recursos cíveis e à ação rescisória**. 6. ed. São Paulo: Saraiva, 2009, p. 815.

discussão da matéria objeto do recurso especial.⁶ Assim, diante das alegações do recorrente, o juízo *a quo* terá que decidir sobre a questão que mais tarde será reapreciada no recurso especial. Os pontos discutidos no recurso especial deverão necessariamente ter sido decididos no julgado recorrido, não basta a simples *alegação*. A matéria precisa ter sido objetivamente enfrentada.⁷

O recurso especial, por outro lado, somente será cabível contra decisões proferidas pelos Tribunais Regionais Federais e Tribunais estaduais. Logo, em hipótese alguma a decisão atacada poderá ter sido prolatada pela justiça trabalhista, eleitoral ou militar. O acórdão proferido pelas turmas recursais dos juizados especiais também não pode ser impugnado por recurso especial (enunciado número 203 da súmula do STJ), tendo em vista que as turmas recursais não integram o tribunal estadual ou federal, mas o próprio juizado especial.

Finalmente, as decisões do próprio STJ e do STF também não são passíveis de impugnação por meio do recurso especial.

O Art. 105 do texto constitucional, como já citado, elenca as hipóteses de cabimento do recurso especial. Passa-se a apreciá-las, em exames singulares.

1.2.1 Hipóteses de cabimento

1.2.1.1 Alínea “a”

A alínea “a” do inciso III do Art. 105 da Constituição Federal cuida da primeira hipótese de cabimento do recurso especial, e dispõe no sentido de que a decisão recorrida deverá “contrariar lei ou tratado federal, ou negar-lhes vigência”.

⁶ Súmulas 282 e 356 do STF, aplicáveis por analogia ao recurso especial.

⁷ Na realidade, o Superior Tribunal de Justiça tem admitido o chamado prequestionamento implícito (EREsp 161.419/RS, Corte Especial, Dje 10.11.2008 e outros). Assim, as questões suscitadas no recurso especial podem ter sido tratadas anteriormente em sua essência e não explicitamente.

Primeiramente, é preciso compreender as duas expressões utilizadas no permissivo constitucional. O termo “contrariar” é mais abrangente e presume qualquer forma de ofensa à lei, inclusive a negativa de vigência. Assim explicam Fredie Didier Jr. e Leonardo José Carneiro da Cunha:

Vale dizer que contrariar soa **como mais grave do que negar vigência**. O termo contrariar não admite sequer que tenha havido uma suposta interpretação razoável, enquanto se o dispositivo tiver sido razoavelmente interpretado, não se lhe terá negado vigência. Em outras palavras, uma interpretação inadequada caracteriza uma contrariedade, mas **não significa que tenha havido negativa de vigência**.⁸

Em que pese existir diferença doutrinária entre as duas expressões, ambas na prática contêm sentidos semelhantes, o que, inclusive, já está pacificado na jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça.⁹

O termo “lei federal” também utilizado na alínea em questão tem interpretação ampliativa, como tem decidido a jurisprudência do tribunal. Assim, estão dentro da abrangência de lei federal: as leis complementares, ordinárias e delegadas, as medidas provisórias, os decretos legislativos, as resoluções do Senado Federal, os decretos e os regulamentos.¹⁰

Nesse diapasão, conclui-se que as instruções normativas, as portarias ministeriais, avisos, circulares e enunciados de súmulas dos tribunais não haverão de ser tratados como se fossem lei federal. Portanto, havendo decisão que os contrarie ou que lhes negue vigência, esta não poderá ser guerreada pela via do recurso especial. Da mesma forma ocorrerá quando o *decisum* implicar contrariedade aos regimentos internos dos tribunais,

⁸ DIDIER JÚNIOR, Fredie. CUNHA, Leonardo José Carneiro da. **Meios de impugnação às decisões judiciais e processo nos tribunais**. 8. ed. Salvador: Podivm, 2010, p. 304.

⁹ DIDIER JÚNIOR, Fredie. CUNHA, Leonardo José Carneiro da. **Meios de impugnação às decisões judiciais e processo nos tribunais**. 8. ed. Salvador: Podivm, 2010, p. 304.

¹⁰ De acordo, com a jurisprudência: PROCESSUAL CIVIL. RECURSO ESPECIAL. A EXPRESSÃO "LEI FEDERAL". ALCANCE. A locução "lei federal", contida no artigo 105, III, da constituição federal, abrange tão-somente as leis complementares, ordinárias e delegadas, as medidas provisórias, os decretos legislativos, as resoluções do senado federal, os decretos, os regulamentos e os convênios entre estados-membros previstos na própria constituição, em matéria tributária, por se equipararem a lei ordinária. Não estão nela compreendidos atos normativos de hierarquia inferior a do decreto. (SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA. 1ª Turma. AgR em AI n. 22.023/DF. Relator: Demócrito Reinaldo. Brasília, DF, 9 de nov. de 1992. DJ de 13 de out. de 1992).

como já decidiram o Superior Tribunal de Justiça¹¹ e o Supremo Tribunal Federal, em sua súmula 399.

Além da contrariedade à “lei federal”, a mencionada alínea trata do cabimento do recurso especial por contrariedade e negativa de vigência a dispositivo de tratado internacional incorporado ao ordenamento jurídico interno.¹²

Tendo em vista a adoção, pelo Brasil, da teoria dualista, a incorporação dos tratados internacionais se dará com a celebração deste pelo Presidente da República (a competência para celebrar tratados internacionais é privativa do Chefe de Estado Supremo),¹³ o referendo pelo Congresso Nacional¹⁴, a promulgação e a edição de Decreto Legislativo, autorizando a ratificação pelo Poder Executivo.

O Estado se compromete a cumprir um tratado por meio da ratificação, que posteriormente é depositada perante o organismo internacional centralizador do pacto, como forma de comunicação aos Estados estrangeiros. Ressalte-se que o tratado somente será incorporado ao ordenamento interno e equiparado à lei federal, após a promulgação do Decreto Presidencial e a publicação no Diário Oficial.¹⁵

Convém ressaltar que, conforme disposto no Art. 5º, §3º, da Constituição Federal, os tratados sobre direitos humanos que forem aprovados, em cada Casa do Congresso Nacional, em dois turnos, por três quintos dos votos dos respectivos membros, serão

¹¹ Segundo a jurisprudência: PROCESSUAL CIVIL. ADMINISTRATIVO. RECURSO ESPECIAL. DESAPROPRIAÇÃO DIRETA. VIOLAÇÃO DO ART. 535 DO CPC. NÃO OCORRÊNCIA. PREVENÇÃO NA DISTRIBUIÇÃO DE PROCESSOS NO TRIBUNAL. AUSÊNCIA DE PREQUESTIONAMENTO DOS DISPOSITIVOS LEGAIS DITOS VIOLADOS. FUNDAMENTAÇÃO RECURSAL DEFICIENTE. ALEGADA OFENSA A NORMA CONTIDA EM REGIMENTO INTERNO DE TRIBUNAL E RESOLUÇÃO DO CONAMA. NÃO ENQUADRAMENTO NO CONCEITO DE LEI FEDERAL. INTERRUÇÃO DA EXPLORAÇÃO DE JAZIDAS DE AREIA. INDENIZAÇÃO DEVIDA SOMENTE SE HOUVER AUTORIZAÇÃO PRÉVIA DOS ÓRGÃOS COMPETENTES. RECURSO ESPECIAL PARCIALMENTE CONHECIDO E, NESSA EXTENSÃO, NÃO PROVIDO. (Superior Tribunal de Justiça. 1ª Turma. REsp n. 996.203/SP. Relator: Arnaldo Esteves Lima. Brasília, DF, 15 de mar. de 2011. DJ de 21 de mar. de 2011.)

¹² SOUZA, Bernardo Pimentel. **Introdução aos recursos cíveis e à ação rescisória**. 6. ed. São Paulo: Saraiva, 2009, p. 823.

¹³ Artigo 84, VIII, da Constituição Federal.

¹⁴ Artigo 49, I, da Constituição Federal.

¹⁵ ARAUJO, Nadia de. **Direito internacional privado: teoria e prática brasileira**. Rio de Janeiro: Renovar, 2003, p.133.

equivalentes às emendas constitucionais. Nestes casos, o recurso especial estará afastado da hipótese de cabimento, devendo, a parte inconformada, interpor recurso extraordinário.¹⁶

1.2.1.2 Alínea “b”

A alínea b prevê mais uma hipótese de cabimento de recurso especial: quando a decisão *a quo* julgar válido ato de governo local contestado em face de lei federal.

Quando a mencionada alínea traz a expressão “julgar válido”, ela se refere à hipótese em que, sendo o ato de governo local considerado válido, a lei federal reste afrontada. O acórdão recorrido, em tal hipótese, teria se colocado ao lado do disposto no ato de governo local em desfavor do disposto na legislação federal. Portanto, possivelmente a lei federal restará violada e nesse sentido, por meio do recurso especial, o Superior Tribunal de Justiça deverá manifestar-se, sobre a possível oposição entre o ato administrativo local e a legislação federal.

Explorando o conceito de “atos de governo local”, tratados no texto constitucional, Bernardo Pimentel sustenta que o conceito abrange tanto os atos normativos quanto os atos administrativos emanados dos Poderes Executivos e Legislativos dos Estados-membros, do Distrito Federal e dos Municípios, bem assim do Poder Judiciário dos Estados e do Distrito Federal.¹⁷ Trata-se, portanto, de um entendimento ampliativo da hipótese legal de cabimento ampliativo da hipótese legal de cabimento do remédio especial.

¹⁶ Convém transcrever a ementa do acórdão prolatado pelo STF no caso da prisão do depositário infiel, que contraria, no entendimento daquela Corte Suprema, o Pacto de San José da Costa Rica: PRISÃO CIVIL DO DEPOSITÁRIO INFIEL EM FACE DOS TRATADOS INTERNACIONAIS DE DIREITOS HUMANOS. INTERPRETAÇÃO DA PARTE FINAL DO INCISO LXVII DO ART. 5º DA CONSTITUIÇÃO BRASILEIRA DE 1988. POSIÇÃO HIERÁRQUICO-NORMATIVA DOS TRATADOS INTERNACIONAIS DE DIREITOS HUMANOS NO ORDENAMENTO JURÍDICO BRASILEIRO. (Supremo Tribunal Federal. Tribunal Pleno. RE 349703/RS. Relator: Min. Ayres Britto. Brasília, DF, 13 de dez. de 2008. DJ de 04 de jun. de 2009.)

¹⁷ SOUZA, Bernardo Pimentel. **Introdução aos recursos cíveis e à ação rescisória**. 6. ed. São Paulo: Saraiva, 2009, p. 829.

Em que pese a respeitável opinião do citado Autor, o Superior Tribunal de Justiça já se manifestou no sentido de que os atos de governo local, são aqueles de caráter eminentemente material, excetuados, por conseguinte, os dotados de força normativa.¹⁸

Consoante se infere da alínea *b* do dispositivo constitucional, a questão a ser verificada no recurso especial pelo Superior Tribunal de Justiça é de direito federal, e não de direito local. O recurso especial não será o meio para impugnar decisões quando a controvérsia versar sobre lei estadual, distrital ou municipal. Nesses casos, a contrariedade deverá ser suscitada pela via de jurisdição ordinária.

O recurso especial somente será cabível com fundamento na presente alínea quando o acórdão tiver sido decidido em prol de ato do governo local e em desfavor de Lei Federal.

1.2.1.3 Alínea “c”

A terceira e última alínea do inciso III do Art. 105 da Carta Magna prevê a possibilidade de interposição do recurso especial fundado em divergência jurisprudencial, ou seja, quando o tribunal *a quo* tiver atribuído “interpretação divergente da que lhe haja atribuído outro tribunal”.

Já se viu que o Superior Tribunal de Justiça foi criado com a função importante de atuar como uniformizador da interpretação da legislação infraconstitucional em todo o território nacional. Dessa forma, cabe ao STJ dar a última palavra a respeito da

¹⁸ ADMINISTRATIVO. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. MEDIDA CAUTELAR. ATO DE GOVERNO LOCAL. PREQUESTIONAMENTO. MATÉRIA CONSTITUCIONAL. IMPOSSIBILIDADE. 1. Por ato de governo local entende-se os de caráter eminentemente material, o que excetua, por conseguinte, os dotados de força normativa. 2. Inadmissível, no âmbito dos aclaratórios, o prequestionamento de dispositivos constitucionais. 3. Embargos de declaração rejeitados. (Superior Tribunal de Justiça. 2ª Turma. EDcl no AgRg na MC 9780/BA 2005/0046039-9. Relator: Ministro Castro Meira. Brasília, DF, 10 de abril de 2006. DJ de 25 de abril de 1992.)

interpretação e aplicação das normas jurídicas¹⁹, tendo em vista que ser, essa Corte, a guardiã do direito federal.

Assim, quando houver divergência entre determinado acórdão proferido pelo Tribunal Regional Federal ou Tribunal de Justiça e o acórdão dito “paradigma” exarado por qualquer outro tribunal, inclusive pelo Superior Tribunal de Justiça e pelo Supremo Tribunal Federal, caberá recurso especial.²⁰

Vale lembrar que a divergência entre acórdãos do mesmo tribunal não é suficiente para a interposição do recurso especial, como firmado no Enunciado nº 13 da Súmula do próprio STJ. Em tais casos, o meio adequado a ser utilizado será o “incidente de uniformização de jurisprudência”.

É preciso comprovar a divergência entre o acórdão recorrido e o acórdão paradigma no momento da interposição do recurso, por um dos meios previstos no Art. 541 do Código de Processo Civil. Também se faz necessária a realização do *cotejo* ou *confronto analítico* entre os dois julgados. A demonstração da divergência o exige, sendo insuficiente, a mera transcrição de ementas.²¹

Por fim, ressalta-se que o Enunciado nº 83 da Súmula do Superior Tribunal de Justiça determina que se a jurisprudência do STJ já estiver pacificada no sentido do acórdão recorrido, será incabível recurso especial. A divergência, a propósito, deve ser atual. Não pode já ter sido superada.

¹⁹ BUENO, Cassio Scarpinela. **Curso sistematizado de direito processual civil**, vol. 5. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2010, p. 309.

²⁰ SOUZA, Bernardo Pimentel. **Introdução aos recursos cíveis e à ação rescisória**. 6. ed. São Paulo: Saraiva, 2009, p. 831.

²¹ DIDIER JÚNIOR, Fredie. CUNHA, Leonardo José Carneiro da. **Meios de impugnação às decisões judiciais e processo nos tribunais**. 8. ed. Salvador: Podivm, 2010, p. 308.

1.3 Requisitos de admissibilidade do recurso especial

O recurso especial possui requisitos de admissibilidade genéricos e específicos. Estes são os requisitos aplicados especificamente ao recurso especial e aqueles os requisitos indispensáveis para a interposição de qualquer recurso. Os requisitos genéricos podem ser intrínsecos ou extrínsecos. Os primeiros estão relacionados com a existência do direito de recorrer, são eles: cabimento, legitimidade, interesse e inexistência de fato impeditivo/extintivo de direito. Os últimos, por sua vez, estão relacionados com o exercício do recurso em si, são eles: tempestividade, preparo e regularidade formal.²²

1.3.1 Dos requisitos genéricos intrínsecos

O requisito do *cabimento* encontra sua definição no binômio “recorribilidade da decisão” e “adequação do recurso interposto”. Dessa forma, para que o recurso seja cabível, é necessário que a decisão seja recorrível e que a via recursal eleita seja adequada de acordo com a legislação federal.²³

Nesse sentido, explica Bernardo Pimentel: “O requisito de admissibilidade do cabimento consiste na exigência de que o recorrente utilize, entre as espécies recursais existentes na Constituição Federal e na legislação federal vigente, aquela adequada para impugnar a decisão jurisdicional causadora da insatisfação”.²⁴

O recorrente também precisa ser *legítimo* para interpor o recurso, é necessário que o recurso seja interposto por quem esteja a tanto legitimado. Segundo o Art. 499 do Código de Processo Civil, as partes, o Ministério Público e o terceiro prejudicado

²² SOUZA, Bernardo Pimentel. **Introdução aos recursos cíveis e à ação rescisória**. 6. ed. São Paulo: Saraiva, 2009, p. 44.

²³ OLIVEIRA, Gleydson Kleber Lopes de Oliveira. **Recurso especial**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2002, p. 146.

²⁴ SOUZA, Bernardo Pimentel. **Introdução aos recursos cíveis e à ação rescisória**. 6. ed. São Paulo: Saraiva, 2009, p. 45.

serão legítimos para recorrer²⁵. O advogado, por outro lado, poderá recorrer em nome próprio, ainda que contra a vontade da parte, quando o recurso tratar de honorários de sucumbência.²⁶

Além de ser legítimo, o recorrente precisa demonstrar o seu interesse processual. O *interesse em recorrer* incide no binômio necessidade e utilidade, assim, o recurso que se pretenda manejar deve ser útil e necessário. O recorrente deve ter necessidade de interpor o recurso, como único meio para obter o que visa contra a decisão impugnada e, além disso, a parte precisa ser vencida, como exigido pelo Art. 499, CPC,²⁷ ou seja, a parte precisa ser sucumbente, no ponto em relação ao qual demanda a revisão decisória.

O quarto e último requisito intrínseco de admissibilidade é a *inexistência de fato impeditivo ou extintivo do direito de recorrer*. Esse requisito, segundo Bernardo Pimentel, é o único requisito de admissibilidade negativo e consiste na exigência de que não tenha ocorrido nenhum fato que conduza à extinção do direito de recorrer ou que impeça a admissibilidade do recurso.

1.3.2 Dos requisitos genéricos extrínsecos

Os requisitos genéricos extrínsecos para interposição do recurso especial condizem com os aspectos exteriores e objetivos da utilização do remédio especial.

O requisito da *tempestividade* diz respeito à exigência da apresentação do recurso no lapso temporal previsto em lei, sob pena de preclusão. Assim, conforme o parágrafo primeiro do Art. 542, o recurso especial será tempestivo se interposto no prazo de quinze dias.

²⁵ Art. 499 do CPC: O recurso pode ser interposto pela parte vencida, pelo terceiro prejudicado e pelo Ministério Público.

²⁶ Art. 23 da Lei 8.906/1994: Os honorários incluídos na condenação, por arbitramento ou sucumbência, pertencem ao advogado, tendo este direito autônomo para executar a sentença nesta parte, podendo requerer que o precatório, quando necessário, seja expedido em seu favor.

²⁷ NERY JÚNIOR, Nelson. **Teoria geral dos recursos**. 6. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2004, p. 315.

Além de observar o prazo previsto em lei, o recorrente deverá arcar com os gastos da prestação jurisdicional no exame de seu recurso. Nesse sentido, esse requisito impõe ao recorrente os encargos financeiros relacionados com o processamento e julgamento do recurso.²⁸ O *preparo* consiste no pagamento das custas processuais e do porte de remessa e retorno. O porte refere-se aos gastos com o deslocamento do processo da corte de origem para o Superior Tribunal de Justiça. Na hipótese, de não comprovação do recolhimento do preparo, o recurso será tido como deserto.

O último requisito extrínseco é o requisito da *regularidade formal* que impõe ao recorrente o revestimento de seu recurso das formalidades estatuídas na legislação. No caso do recurso especial, a petição deve ser apresentada por escrito e devidamente assinada pelo patrono constituído. Ademais, o recurso deve ter a pretensão recursal fundamentada, e a peça recursal e as razões devem ser interpostas simultaneamente.²⁹

Como já explicado, os requisitos acima explanados são genéricos, portanto, aplicam-se a todos os recursos previstos em nossa legislação. Os requisitos de admissibilidade específicos do recurso especial, por sua vez, são aplicados de forma peculiar a este modelo recursal e estão previstos nos Arts. 541 a 543 do Código de Processo Civil, portanto já foram analisados no momento em que foram vistos os aspectos processuais do recurso especial (item 1.2.1), são eles: ser, o recurso, interposto de causas decididas, em única ou última instância, ser interposto contra decisão de Tribunais Regionais Federais ou Tribunais dos Estados e do Distrito Federal e haver, na interposição, o indispensável prequestionamento.

1.4 Procedimento do recurso especial

Os Arts. 541 a 543 do Código de Processo Civil estabelecem o procedimento para julgamento dos recursos especiais que versem sobre questões individuais e

²⁸ SOUZA, Bernardo Pimentel. **Introdução aos recursos cíveis e à ação rescisória**. 6. ed. São Paulo: Saraiva, 2009, p. 124.

²⁹ OLIVEIRA, Gleydson Kleber Lopes de Oliveira. **Recurso especial**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2002, p. 194.

particulares, ou seja, daqueles recursos que não representem causas repetitivas e de relevância para outros casos também submetidos ao Superior Tribunal de Justiça.

O recurso especial deve ser interposto no prazo de quinze dias, ressalvados os Arts. 188³⁰ e 191³¹ do CPC e o Art. 5º da Lei 1.060/1950³², perante o Presidente ou Vice-Presidente do tribunal de origem. Recebido pela secretaria do tribunal, a parte recorrida será intimada para apresentar suas contrarrazões, exercício do direito constitucional do contraditório e da ampla defesa, também no prazo de quinze dias.

Vale lembrar que, segundo entendimento pacífico do STJ e do STF, o patrono da parte recorrente deve estar devidamente constituído nos autos, no momento da interposição do recurso, sob pena de o recurso ser considerado inexistente.³³ Diferentemente do que ocorre nas instâncias ordinárias, as instâncias especiais não abrem vista ao recorrente para a regularização da representação processual.³⁴

Ato contínuo, os autos serão conclusos ao Presidente ou Vice-Presidente do tribunal *a quo*, na forma do regimento interno de cada casa. Essa autoridade judicial fará o primeiro juízo de admissibilidade do recurso, observando os requisitos gerais e específicos do recurso especial, apresentados no item 1.3. Na hipótese de o recurso não vir a ser admitido, o recorrente poderá interpor agravo, nos termos do Art. 544, do CPC. A decisão de admissão ou não do recurso deve ser fundamentada, segundo o disposto no Art. 542, do CPC.

Admitido o recurso especial no tribunal *a quo*, os autos do processo serão encaminhados ao Superior Tribunal de Justiça, mesmo que tenha sido simultaneamente interposto recurso extraordinário. O Art. 543 estabelece que o recurso especial seja julgado

³⁰ Art. 188 do CPC: “Computar-se-á em quádruplo o prazo para contestar e em dobro para recorrer quando a parte for a Fazenda Pública ou o Ministério Público.”

³¹ Art. 191 do CPC: “Quando os litisconsortes tiverem diferentes procuradores, ser-lhes-ão contados em dobro os prazos para contestar, para recorrer e, de modo geral, para falar nos autos.”

³² Art. 5º, §5º, Lei 1.060/1950: “Nos Estados onde a Assistência Judiciária seja organizada e por eles mantida, o Defensor Público, ou quem exerça cargo equivalente, será intimado pessoalmente de todos os atos do processo, em ambas as Instâncias, contando-se-lhes em dobro todos os prazos.”

³³ Súmula 115, do STJ: Na instância especial é inexistente recurso interposto por advogado sem procuração nos autos.

³⁴ Artigo 13, do CPC: Verificando a incapacidade processual ou a irregularidade da representação das partes, o juiz, suspendendo o processo, marcará prazo razoável para ser sanado o defeito.

primeiramente, contudo, se houver necessidade o relator do recurso especial poderá encaminhar os autos para o STF, para que o recurso extraordinário seja julgado antes. O relator do recurso extraordinário pode, ainda, discordar e determinar a devolução do processo para o STJ, em decisão irrecorrível.³⁵

Segundo Fredie Didier Jr. e Leonardo José Carneiro da Cunha, a questão constitucional será prioritária em relação à matéria infraconstitucional, quando o julgamento do recurso especial depender da definição de constitucionalidade da lei federal que foi tida como violada no recurso interposto perante o STJ.³⁶

Depois de conhecido o recurso especial, passar-se-á ao julgamento da causa em si, do mérito, que poderá ser feito por uma turma, regra geral, ou pelo próprio relator, conforme as hipóteses previstas no Art. 557 do CPC, a saber: “o relator negará seguimento a recurso manifestamente inadmissível, improcedente, prejudicado ou em confronto com súmula ou com jurisprudência dominante do respectivo tribunal, do STF ou de Tribunal Superior”.

O Superior Tribunal de Justiça, como já explicado, é uma corte de revisão, assim somente fará análise de questões de fato que ainda não tiverem sido solucionadas e que forem essenciais para o julgamento do caso, ou seja, os fatos precisam ser supervenientes e essenciais. Nesse contexto, o recurso especial interposto com o mero intuito de reapreciação de provas, será inadmissível, isso é o que, inclusive, prevê o enunciado nº 7 da súmula do STJ: a pretensão de simples reexame de prova não enseja recurso especial.

Quando for julgado por um órgão colegiado, o recurso especial será submetido, em regra, a uma turma com cinco ministros. O julgamento será incluído em pauta e os advogados, em querendo, poderão sustentar as razões do recurso oralmente na sessão de julgamento.

³⁵ SOUZA, Bernardo Pimentel. **Introdução aos recursos cíveis e à ação rescisória**. 6. ed. São Paulo: Saraiva, 2009, p. 855.

³⁶ DIDIER JÚNIOR, Fredie. CUNHA, Leonardo José Carneiro da. **Meios de impugnação às decisões judiciais e processo nos tribunais**. 8. ed. Salvador: Podivm, 2010, p. 291.

O relator será o primeiro a proferir o seu voto, seguido pelos demais ministros integrantes da turma julgadora. Por fim, o presidente anunciará o resultado do julgamento. Em regra, o acórdão será redigido pelo relator, mas quando o seu voto for vencido, o aresto será redigido pelo ministro que proferiu o primeiro voto vencedor.³⁷

A decisão somente será tomada pela maioria absoluta dos votos, portanto o quórum mínimo será atingido com o voto uniforme de três ministros.

Por fim, o Art. 564 do CPC reza que o acórdão será lavrado e serão as suas conclusões publicadas no órgão oficial dentro de dez dias.

A propósito, ocorrendo divergência entre o entendimento adotado pela turma julgadora e o de outro órgão do Superior Tribunal de Justiça, serão oponíveis embargos de divergência, como previsto no Art. 29, da Lei 8.038/90.

1.5 O recurso especial retido

A Lei 9.756/1998, ao incluir o parágrafo 3º ao Art. 542 do Código de Processo Civil, previu uma nova modalidade de interposição retida, dessa vez com relação aos recursos especiais e extraordinários:

§3º: Quando o recurso extraordinário, ou recurso especial, for interposto contra decisão interlocutória em processo de conhecimento, cautelar, ou embargos à execução ficará retido nos autos e somente será processado se o reiterar a parte, no prazo para a interposição do recurso contra a decisão final, ou para as contra-razões.

Primeiramente, convém esclarecer que a interposição do recurso especial da forma retida somente ocorrerá nos casos de matéria cível, tendo em vista que só houve

³⁷ Art. 556 do CPC: Proferidos os votos, o presidente anunciará o resultado do julgamento, designando para redigir o acórdão o relator, ou, se este for vencido, o autor do primeiro voto vencedor.

previsão da inovação no Código de Processo Civil, o que, por entendimento majoritário, desautoriza outra interpretação de base analógico-extensiva.³⁸

Assim, explica Nelson Nery Júnior:

De conseqüência, havendo decisão interlocutória no processo penal, que, quando impugnável, o é por meio de recurso em sentido estrito (CPP 581), o acórdão que resolver a questão incidente efetivamente impugnada pelo recurso em sentido estrito desafia, em tese (CF 102, III, e 105, III) RE e/ou RESP de subida imediata. A regra da retenção aplica-se apenas no processo civil.³⁹

O recurso especial retido foi criado em razão do grande aumento do número de recursos interpostos perante o Superior Tribunal de Justiça. A economia processual, a tendência de o resultado final motivar o desinteresse do vitorioso em reiterar anterior recurso especial interposto contra acórdão de conteúdo interlocutório, e a celeridade processual, já que o processo não será paralisado na corte de origem para julgamento do recurso especial, são, em síntese, os motivos que ensejaram a instituição do recurso especial na modalidade “retido”.⁴⁰

A inovação trazida pela lei inclui novo requisito específico e peculiar, na medida em que o recurso especial será processado, se a parte, no prazo estipulado para impugnar a decisão final ou no prazo para contrarrazões, reiterar seu pedido de apreciação. Portanto, o recurso da parte ficará retido nos autos e somente será processado e julgado ao final do processo.

É preciso levar em consideração que em alguns casos a retenção do recurso até o final do processo na corte de origem, pode vir a ser prejudicial à parte, inclusive, com a

³⁸ MANCUSO, Rodolfo de Camargo. **Recurso extraordinário e recurso especial**. 8. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2003.

³⁹ “A forma retida dos recursos especial e extraordinário – apontamentos sobre a Lei 9.765/98”. In **Aspectos polêmicos e atuais dos recursos cíveis de acordo com a Lei 9.756/98**, coord. Teresa Arruda Wambier e Nelson Nery Júnior.

⁴⁰ SOUZA, Bernardo Pimentel. **Introdução aos recursos cíveis e à ação rescisória**. 6. ed. São Paulo: Saraiva, 2009, p. 834.

perda do objeto. Assim, em casos de urgência, o recurso especial contra decisão interlocutória não será retido nos autos, mas terá seu processamento imediato.⁴¹

O processamento imediato dos recursos que tenham necessidade de urgência tem fundamento no próprio texto constitucional, conforme o disposto no Art. 5º, XXXV, *verbis*: “a lei não excluirá da apreciação do Poder Judiciário lesão ou ameaça de direito”.

1.6 Os efeitos do recurso especial

O recurso especial, como todo recurso, tem efeito devolutivo, ou seja, por essa via, transfere-se o exame de questão federal infraconstitucional impugnada para o Superior Tribunal de Justiça. Como já dito, a questão precisa necessariamente ter sido necessariamente analisada pelo tribunal de 2º grau.

Nesse sentido, Ada Pellegrini Grinover, ressalta:

Somente os temas de direito enfrentados pelo tribunal *a quo* poderão ser reexaminados na instância superior: assim como não é possível à parte alegar matéria não questionada (súmula 282, STF), também não parece possível ao órgão julgador exceder os limites da devolução, apreciando questões não ventiladas na decisão recorrida ou não abrangidas pelo apelo excepcional.⁴²

⁴¹ Convém transcrever a seguinte ementa de relatoria do Ministro Waldemar Zveiter: PROCESSUAL CIVIL - RECURSO ESPECIAL- RETENÇÃO NA ORIGEM - ART. 542, §3º DO CPC - MEDIDA CAUTELAR PARA O STJ - LIMINAR CONCEDIDA - DECISÃO INTERLOCUTÓRIA QUE INDEFERIU PEDIDO DE ANTECIPAÇÃO DE TUTELA - NECESSIDADE DE PROCESSAMENTO DO ESPECIAL - PRECEDENTES DO STJ. I - A norma que elenca as hipóteses em que o recurso especial deve ficar retido na origem comporta exceções. A decisão que defere ou indefere a tutela antecipada provém de cognição sumária, eis que lastreada em juízo de probabilidade. Logo, nos casos em que o recurso especial desafia decisão interlocutória concessiva de tutela antecipada, é razoável determinar-se o seu imediato processamento, sob pena de se tornar inócua a apreciação da questão pelo STJ. II - Presentes os pressupostos autorizadores da concessão da Medida Cautelar, defere-se a liminar para determinar o imediato processamento do recurso especial, na origem, retido. (SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA. 3ª Turma. MC 2.411/RJ. Relator: Waldemar Zveiter. Brasília, DF, 04 de maio de 2000. DJ de 20 de jun. de 2000, p. 102.)

⁴² GRINOVER, Pellegrini Ada; GOMES FILHO, Antonio Magalhães; FERNANDES, Antonio Scarance. **Recursos no processo penal**. 5. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2008, p.298.

Portanto, como demonstrado, em que pese o efeito devolutivo estar presente em todos os recursos, há diferença no grau de devolutividade⁴³. O recurso especial possui um efeito devolutivo restrito. Dizendo de outro modo, há um diminuto grau de devolutividade, tendo em vista que o efeito está limitado à matéria de direito que tenha sido devidamente prequestionada.

Dessa forma, o efeito devolutivo nada mais é do que a circunstância de a interposição do recurso transferir ao órgão responsável pelo julgamento do recurso (no caso do recurso especial, o STJ) o conhecimento parcial ou integral da matéria infraconstitucional que foi submetida e decidida pelo tribunal de origem.⁴⁴

Além do efeito devolutivo, os recursos especiais possuem ainda o efeito substitutivo, pois a decisão que julga o recurso substitui a decisão recorrida, ainda que esta seja mantida. A decisão que julga o recurso especial prevalece sobre o acórdão recorrido, desde que o recurso especial tenha sido conhecido e o seu mérito apreciado, conforme o disposto no Art. 512 do CPC.

Contudo, em alguns casos, apesar de o recurso especial ter sido conhecido e o mérito do mesmo apreciado, o Superior Tribunal de Justiça limita-se a anular a decisão recorrida, sem proferir outra em seu lugar.⁴⁵ Nesses casos, o tribunal *ad quem* assim procede porque identifica o *error in procedendo*. Portanto, este apenas cassa o acórdão, sem realizar a substituição por uma nova decisão.

O efeito suspensivo, por sua vez, consiste na ineficácia da decisão recorrida até o término do julgamento do recurso, quando será proferida nova decisão. Tal efeito depende de previsão legal ou de concessão judicial, e obsta o início da execução, ainda que esta seja provisória.⁴⁶

⁴³ DANTAS, Bruno. **Repercussão geral**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2008, p.136.

⁴⁴ DANTAS, Bruno. **Repercussão geral**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2008, p.136.

⁴⁵ OLIVEIRA, Gleydson Kleber Lopes de Oliveira. **Recurso especial**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2002, p. 80.

⁴⁶ SOUZA, Bernardo Pimentel. **Introdução aos recursos cíveis e à ação rescisória**. 6. ed. São Paulo: Saraiva, 2009, p. 24.

Em que pese o efeito suspensivo ser regra em nosso sistema recursal, o recurso especial não o produz, em decorrência do Art. 497, CPC, que dispõe que: “O recurso extraordinário e o recurso especial não impedem a execução da sentença; a interposição do agravo de instrumento não obsta o andamento do processo, ressalvado o disposto no art. 558 desta Lei.”. Ademais, o Art. 542, §2º, CPC afirma que os recursos especiais serão recebidos apenas no efeito devolutivo, excluindo-se a produção do efeito suspensivo.

Desta sorte, ainda que tenha sido interposto o recurso especial contra dada decisão, esta poderá ser imediatamente executada, por meio da execução provisória.

Contudo, convém ressaltar que, ainda que a lei afirme que o recurso especial é desprovido do efeito suspensivo, é possível obter este efeito por meio de uma medida cautelar, como explica Teresa Arruda Wambier:

Sabe-se que o objetivo das medidas de natureza cautelar, sejam estas ações ou meros pedidos formulados no bojo do processo de conhecimento, é garantir (gerar ou preservar) condições para que se realize plenamente a eficácia do provável resultado prático do processo principal, quando esta eficácia corra risco. (...) Assim, é que os nossos Tribunais têm admitido o uso de medidas cautelares com o objetivo de “imprimir efeito suspensivo” a recursos que não o têm e cujo procedimento não permite seja formulado no bojo do próprio recurso, como é o caso do agravo.⁴⁷

Nesse sentido, conclui-se que em regra o recurso especial não produzirá efeito suspensivo, mas que por meio de uma medida acautelatória, desde que presentes os seus pressupostos – possibilidade de ocorrência de dano irreparável ou de difícil reparação em razão da execução provisória (*periculum in mora*), e probabilidade do recurso ser conhecido (*fumus boni iuris*) – será concedido o efeito suspensivo ao recurso especial.

Por fim, resta saber se a interposição do recurso especial produz o chamado efeito translativo.

⁴⁷ WAMBIER, TERESA Arruda Alvim. **Recurso especial, recurso extraordinário e ação rescisória**. 2. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2008, p. 331.

O efeito translativo é uma exceção ao efeito devolutivo, tendo em vista que as matérias de ordem pública são conhecidas independentemente de provocação. É a projeção do chamado princípio inquisitório, pois todas as questões, ao longo do procedimento, que forem passíveis de conhecimento de ofício, ou seja, sem a provocação das partes, devem ser igualmente apreciadas de ofício no segmento recursal.⁴⁸

Tendo em vista que o regime jurídico do recurso especial está previsto no Art. 105, III, da Constituição Federal e que este regime impõe o prequestionamento como um dos requisitos de admissibilidade específico do recurso, caso o Tribunal não tenha se manifestado sobre questão de ordem pública, o acórdão somente poderá ser atacado por meio da ação rescisória, já que nessa hipótese não há prequestionamento da questão infraconstitucional suscitada, o que obsta a admissibilidade do recurso especial, como disposto nas súmulas 282 e 356, do Supremo Tribunal Federal.⁴⁹

No entanto, convém ressaltar que o Superior Tribunal de Justiça por aplicação analógica do Enunciado da Súmula 456 do Supremo Tribunal Federal⁵⁰ já decidiu que as matérias de ordem pública, ainda que desprovidas de prequestionamento, poderão ser analisadas, excepcionalmente, por meio de recurso especial, quando o apelo tiver sido conhecido por outros fundamentos, em razão do efeito translativo.⁵¹

⁴⁸ BUENO, Cassio Scarpinela. **Curso sistematizado de direito processual civil**, vol. 5. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2010, p. 110.

⁴⁹ NERY JÚNIOR, Nelson. **Teoria geral dos recursos**. 6. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2004, p. 487 – 488.

⁵⁰ Súmula 456 do STF: O Supremo Tribunal Federal, conhecendo do recurso extraordinário, julgará a causa, aplicando o direito à espécie.

⁵¹ ADMINISTRATIVO. PROCESSUAL CIVIL. IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA. EX-PREFEITO. INCOMPETÊNCIA ABSOLUTA. ANULAÇÃO DO ACÓRDÃO RECORRIDO. EFEITO TRANSLATIVO DO RECURSO. 1. Até mesmo as questões de ordem pública, passíveis de conhecimento ex officio, em qualquer tempo e grau de jurisdição ordinária, não podem ser analisadas no âmbito do recurso especial se ausente o requisito do prequestionamento. 2. Excepciona-se a regra se o recurso especial ensejar conhecimento por outros fundamentos, ante o efeito translativo dos recursos, que tem aplicação, mesmo que de forma temperada, na instância especial. Precedentes da Turma. 3. Aplicação analógica da Súmula 456/STF: "O Supremo Tribunal Federal, conhecendo do recurso extraordinário, julgará a causa, aplicando o direito à espécie". 4. A Suprema Corte, na assentada de 15 de setembro de 2005, em composição plenária e por maioria, julgou procedente a Ação Direta de Inconstitucionalidade 2.797, Relator o Ministro Sepúlveda Pertence, para declarar inconstitucional a Lei nº 10.628, de 24 de dezembro de 2002, que acresceu os §§ 1º e 2º ao artigo 84 do Código de Processo Penal, que instituiu o foro especial para os agentes políticos, mesmo após a expiração do mandato. 5. Anulação do acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul e remessa dos autos à primeira instância para processamento e julgamento da ação de improbidade administrativa. 6. Recurso especial

Trata-se, portanto, do reconhecimento do efeito translativo como inerente ao recurso especial, ainda que de forma “temperada”, já que as matérias de ordem pública somente serão apreciadas, quando o recurso especial for conhecido por outros fundamentos, tendo em vista o fato de inexistir prequestionamento, no tocante às questões decididas *ex officio*.

2 OS RECURSOS ESPECIAIS REPETITIVOS

2.1 A Emenda Constitucional 45/2004

A Emenda Constitucional nº 45 foi promulgada em 8 de dezembro de 2004 e publicada no Diário Oficial da União no dia 31 de dezembro do mesmo ano. Foi editada anunciando-se que seria a “Emenda da Reforma do Poder Judiciário”, tendo em vista que trouxe consigo a remodelagem de algumas das instituições da carta política, revogando, no todo ou em parte, as normas regentes e criando outras, como a instituição do Conselho Nacional de Justiça, do Conselho Superior da Justiça do Trabalho e do Conselho Nacional do Ministério Público.⁵²

2.1.1 O princípio da celeridade processual e da razoável duração do processo

Uma das grandes novidades trazidas pela Emenda Constitucional nº 45 foi a inclusão do inciso LXXVIII, no conjunto de direitos e garantias fundamentais do Art. 5º, vazado nos seguintes termos:

Art. 5º: Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes:

(...)

LXXVIII: a todos, no âmbito judicial e administrativo, são assegurados a razoável duração do processo e os meios que garantam a celeridade de sua tramitação.

⁵² BERMUDEZ, Sergio. **A reforma do judiciário pela Emenda Constitucional nº 45**. Rio de Janeiro: Forense, 2005, p. 1.

O novo dispositivo inserido na Magna Carta tem por objetivo fazer prevalecer a entrega de uma prestação na solução de litígios com celeridade e segurança jurídica, tanto na esfera judicial quanto na administrativa. Na realidade, é uma garantia dada ao cidadão de que em qualquer processo, direta ou indiretamente, haverá uma razoável duração do processo, considerando-se os meios já existentes e outros que poderão surgir para impor a celeridade de sua tramitação.⁵³

A tutela jurisdicional, função própria e exclusiva do Poder Judiciário, deve ser prestada no momento correto, sob pena de vir a ser considerada uma tutela jurisdicionada “vazia”. Assim explicam Teresa Arruda Wambier, Luiz Rodrigues Wambier e José Miguel Garcia Medina:

Evidentemente, a demora na realização da prestação jurisdicional não apenas é algo contraproducente, mas, mais que isso, vai contra a própria natureza da tutela jurisdicional, de acordo com a feição que lhe foi atribuída pela Constituição Federal. É que a prestação jurisdicional tardia é fator de insegurança, na medida em que contribui para a intranquilidade do que seja, efetivamente, o sentido do Direito para os cidadãos.⁵⁴

Dessa forma, o Estado tem se preocupado cada vez mais em criar instrumentos que permitam realizar o Direito no tempo devido, e neste contexto foi inserido o novo inciso LXXVIII no rol de direitos e garantias do cidadão brasileiro.

A propósito, o princípio da celeridade processual e da razoável duração do processo, também conhecido como o princípio da tempestividade da tutela jurisdicional, já estava positivado em nosso ordenamento jurídico, em razão do disposto no Art. 8º, I, da Convenção Americana de Direitos Humanos, o chamado Pacto de San José da Costa Rica, ratificado pelo Brasil em 1992, a saber:⁵⁵

⁵³ DELGADO, José Augusto. Reforma do Poder Judiciário – Art. 5º, LXXVIII, da CF. In **Reforma do judiciário – primeiras reflexões sobre a Emenda Constitucional N. 45/2004**, coord. Teresa Arruda Wambier, Luiz Rodrigues Wambier, Luiz Manoel Gomes Jr, Octavio Campos Fischer e Willian Santos Ferreira. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2005, p. 356.

⁵⁴ WAMBIER, Luiz Rodrigues; WAMBIER, Teresa Arruda Alvim; MEDINA, José Miguel Garcia. **Breves comentários à nova sistemática processual civil**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2005.

⁵⁵ CÂMARA, Alexandre Freitas. **Lições de direito processual civil**. 16. ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2007, p. 60.

Toda pessoa terá o direito de ser ouvida, com as devidas garantias e dentro de um prazo razoável, por um juiz ou Tribunal competente, independente e imparcial, estabelecido anteriormente por lei, na apuração de qualquer acusação penal formulada contra ela, ou na determinação de seus direitos e obrigações de caráter civil, trabalhista, fiscal ou de qualquer outra natureza.

Logo, o que a Emenda Constitucional nº 45 fez foi elevar o princípio da tempestividade ao patamar de garantia constitucional, o que certamente traz maior credibilidade e eficiência ao seu cumprimento.

Para Alexandre Freitas Câmara, todo processo demora um tempo, o que é chamado pela própria doutrina de “tempo do processo”. Deste modo, apesar da busca pela celeridade processual, que cada vez torna-se mais intensa, o tempo do processo deve sempre ser respeitado, para que ele atinja sua finalidade.⁵⁶ Quando o tempo mínimo não é respeitado o processo corre o risco, inclusive, de não ser justo e pacificador.

As circunstâncias dos processos devem ser analisadas caso a caso, pois é normal que um processo demore mais que outro. Por isso, a Corte Européia dos Direitos do Homem, fixou o entendimento de que três critérios devem ser observados para a determinação do razoável tempo de duração de determinado processo: (i) complexidade do assunto; (ii) comportamento dos litigantes e de seus procuradores; (iii) atuação do órgão jurisdicional.⁵⁷

A aplicabilidade desses critérios deixa claro que o tempo de duração do processo será analisado em cada caso particular, e exatamente, por isso, o princípio não foi tipificado, valorado, tabelado, tampouco quantificado, tendo em vista que deve atender à lógica do razoável, dentro de cada caso concreto.

Neste sentido, convém acrescentar que diante do “tempo de cada processo”, que sempre deve ser levado em consideração, o princípio surge como uma tentativa de acabar com as dilações indevidas, como a hipótese prevista no Art. 273, II, do Código de Processo Civil, destacando a responsabilidade civil do juiz que imotivadamente retarda a prática de um

⁵⁶ CÂMARA, Alexandre Freitas. **Lições de direito processual civil**. 16. ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2007, p. 60.

⁵⁷ DIDIER JÚNIOR, Fredie. **Direito processual civil: tutela jurisdicional individual e coletiva**. 5. ed. Salvador: JusPodivm, 2005, p.40.

ato indisponível. O precípua fundamento da celeridade e da razoável duração do processo é extinguir aqueles atos que retardem injustificadamente a marcha processual.

Neste sentido, Alexandre Freitas Câmara ensina:

Não se pode, pois, considerar que o princípio da tempestividade da tutela jurisdicional sirva de base para a construção de processos instantâneos. O que se assegura com esse princípio é a construção de um sistema processual em que não haja dilações indevidas. Em outros termos, o processo não deve demorar mais do que o estritamente necessário para que se possa alcançar os resultados justos visados por força da garantia do devido processo. Deve, também, o processo demorar todo o tempo necessário para que tal resultado possa ser alcançado.⁵⁸

Assim, a decisão célere, em tempo razoável, não será em razão disto menos justa, persuasiva e pacificadora, tendo em vista que respeitará o “tempo do processo”, sem que haja dilações indevidas.⁵⁹

Quando a celeridade processual passa a ser reconhecida como um direito subjetivo, o Poder Público em geral e o Poder Judiciário têm o dever de adotar medidas destinadas a realizar tal objetivo. Essas medidas podem estar relacionadas, por exemplo, com a modernização e simplificação processual, à criação de órgãos judiciais em número adequado, à modernização e controle da prestação jurisdicional e até a questões relacionadas com a efetividade e com o acesso à justiça.⁶⁰

O princípio da celeridade está fortemente ligado a outros dois princípios: o princípio do acesso à justiça e o princípio do devido processo legal, conforme será exposto a seguir.

O acesso à Justiça, com previsão no inciso XXXV, traduz-se em uma das maiores conquistas do Estado Democrático de Direito e manifesta-se pela inafastável

⁵⁸ CÂMARA, Alexandre Freitas. **Lições de direito processual civil**. 16. ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2007, p. 60.

⁵⁹ GUERRA FILHO, Wilis Santiago. Notas sobre algumas recentes inovações no perfil constitucional do Poder Judiciário. In: TAVARES, André Ramos; LENZA, Pedro; ALARCÓN, Pietro de Jesús Lora (coord). **Reforma do judiciário analisada e comentada**. São Paulo: Método, 2005, p. 33

⁶⁰ MENDES, Gilmar Ferreira. COELHO, Inocêncio Mártires. BRANCO, Paulo Gustavo Gonet. **Curso de Direito Constitucional**. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2008, p. 500.

prerrogativa – conferida ao cidadão – de provocar a atuação do Poder Judiciário para a apreciação de lesão ou ameaça de lesão a direito.⁶¹

O direito constitucional de acesso à jurisdição apresenta-se em três fases. A primeira delas é o acesso ao poder estatal prestador da jurisdição; a segunda é a eficiência e prontidão da resposta estatal à demanda de jurisdição; a terceira, finalmente, tem a ver com a eficácia da decisão produzida pelo Judiciário.⁶²

Ora, não basta o cidadão ter o acesso garantido à jurisdição, é preciso que esta atue com presteza. É preciso ter a certeza de que a sua demanda será analisada em tempo razoável e que ainda assim será justa e pacificadora. Portanto a celeridade e a razoável duração do processo fazem-se intimamente ligadas ao princípio do acesso à justiça.⁶³ De nada adiantaria garantir ao cidadão o poder de submeter seus direitos ao Poder Judiciário se tal submissão não puder ser apreciada em tempo razoável. Assim se complementam os princípios em exame.

O princípio do devido processo legal é sem sombra de dúvidas um dos princípios constitucionais mais importantes, pois serve como base para os demais, tem previsão no inciso LIV do Art. 5º da Magna Carta, que dispõe no sentido de que “ninguém será privado da liberdade ou de seus bens sem o devido processo legal”.

Deve ser entendido como uma garantia assegurada ao cidadão de paridade com o Estado, quando este intentar restringir a liberdade ou o direito aos bens jurídicos constitucionalmente protegidos do indivíduo,⁶⁴ ou seja, é uma garantia a um processo e a uma sentença justa, uma segurança jurídica.

⁶¹ DIDDIER JÚNIOR, Fredie. **Direito processual civil: tutela jurisdicional individual e coletiva**. 5. ed. Salvador: JusPodivm, 2005, p. 40.

⁶² ALÁRCÓN, de Jesús Lora. Reforma do Judiciário e efetividade da prestação jurisdicional. In: TAVARES, André Ramos; LENZA, Pedro; ALARCÓN, Pietro de Jesús Lora (coord). **Reforma do judiciário analisada e comentada**. São Paulo: Método, 2005, p. 33

⁶³ ALÁRCÓN, de Jesús Lora. Reforma do Judiciário e efetividade da prestação jurisdicional. In: TAVARES, André Ramos; LENZA, Pedro; ALARCÓN, Pietro de Jesús Lora (coord). **Reforma do judiciário analisada e comentada**. São Paulo: Método, 2005, p. 33

⁶⁴ PAULO, Vicente. ALEXANDRINO, Marcelo. **Direito constitucional descomplicado**. 4. ed. São Paulo: Método, 2009, p. 163.

O processo excessivamente moroso é, em si mesmo, injusto, porquanto agride a garantia do devido processo legal, pois a lentidão traz insegurança jurídica aos litigantes.

Neste contexto, percebe-se que se o devido processo legal é o caminho por meio do qual se busca um processo e uma sentença justos, a celeridade processual e a razoável duração do processo fortalecem esse princípio tão importante que constitui a base sobre a qual todos os outros se sustentam.

Feitas estas considerações, conclui-se pela grande importância do novo princípio inserido pela Emenda Constitucional nº 45, haja vista que, diante da grande morosidade até então enfrentada pelo nosso Poder Judiciário, talvez este possa ser o início da solução de grandes problemas aos quais o cidadão está sujeito, principalmente com o incentivo à criação de novos meios, não apenas processuais, mas também estruturais no sistema judiciário brasileiro.

2.1.2 A repercussão geral como tentativa de desobstruir o STF

Diante do que se tornou um princípio constitucional, o legislador passou a criar mecanismos para o efetivo cumprimento e observância da celeridade e da razoável duração na tramitação processual. Ao lado dos recursos repetitivos, núcleo do presente trabalho, estão outros institutos cuja importância complementar evidencia uma coerência sistêmica com o compromisso de efetividade e tempestividade da prestação de tutela jurisdicional. Assim, a própria EC nº 45/2004 trouxe consigo o novo requisito de admissibilidade dos recursos extraordinários, como tentativa de aliviar o número de demandas submetidas ao STF: a repercussão geral.

A repercussão geral é um requisito intrínseco de admissibilidade, de competência exclusiva do Supremo Tribunal Federal. O recorrente tem o ônus de demonstrar expressamente que o tema discutido em seu recurso tem relevância que transcende o caso

concreto em questão. Tem ônus de demonstrar, ademais, que há interesse geral, institucional, semelhantemente, ao que ocorria, antes da promulgação da Constituição Federal de 1988, com o instituto da arguição de relevância.⁶⁵

O legislador, no Art. 543-B do CPC, dispôs, ainda, no sentido de que quando houver multiplicidade de recursos com fundamento em idêntica controvérsia, a análise da repercussão geral será feita por amostragem, o que resultará, igualmente, em mais economia e celeridade processual.⁶⁶

O Presidente ou Vice-Presidente do tribunal *a quo*, nestes casos, poderá admitir apenas alguns recursos extraordinários representativos de uma determinada controvérsia, com o sobrestamento dos demais recursos que versarem sobre matéria idêntica, até que os recursos representativos sejam julgados pelo STF.⁶⁷

Depois do julgamento, os recursos sobrestados serão processados normalmente, conforme seja o resultado da repercussão geral. Na hipótese de reconhecimento da inexistência da repercussão geral, os recursos pendentes no Tribunal de origem não são admitidos, conforme estabelece o §2º do mencionado dispositivo; entretanto caberá agravo, nos termos do regimento da Corte de Origem, contra a decisão presidencial ou vice-presidencial ali proferida, em razão da aplicação inadequada da repercussão geral já julgada ao caso concreto, já que nem sempre os paradigmas são aplicados à espécie. Logo, descabe qualquer apelo ao Supremo Tribunal Federal, nos moldes do já pacificado pela Suprema Corte, devendo ser interposto agravo interno no órgão de origem.⁶⁸

⁶⁵ WAMBIER, TERESA Arruda Alvim. **Recurso especial, recurso extraordinário e ação rescisória**. 2. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2008, p. 291.

⁶⁶ Artigo 543-B do Código de Processo Civil: Quando houver multiplicidade de recursos com fundamento em idêntica controvérsia, a análise da repercussão geral será processada nos termos do Regimento Interno do Supremo Tribunal Federal, observado o disposto neste artigo.

⁶⁷ Artigo 543-B, §1º, do Código de Processo Civil: Caberá ao Tribunal de origem selecionar um ou mais recursos representativos da controvérsia e encaminhá-los ao Supremo Tribunal Federal, sobrestando os demais até o pronunciamento definitivo da Corte.

⁶⁸ RECLAMAÇÃO. SUPOSTA APLICAÇÃO INDEVIDA PELA PRESIDÊNCIA DO TRIBUNAL DE ORIGEM DO INSTITUTO DA REPERCUSSÃO GERAL. DECISÃO PROFERIDA PELO PLENÁRIO DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL NO JULGAMENTO DO RECURSO EXTRAORDINÁRIO 576.336-RG/RO. ALEGAÇÃO DE USURPAÇÃO DE COMPETÊNCIA DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL E DE AFRONTA À SÚMULA STF 727. INOCORRÊNCIA. 1. Se não houve juízo de admissibilidade do recurso

Todavia, na hipótese de reconhecimento da repercussão geral, a Suprema Corte julgará o recurso extraordinário, mediante acórdão a ser seguido como padrão pelos diversos Tribunais, Turmas Recursais e Turmas de Uniformização, que terão sua participação adstrita a uma das medidas possíveis: (i) declarar a prejudicialidade dos recursos anteriormente sobrestados, quando o STF negar o provimento ao recurso representativo da controvérsia; ou (ii) exercer juízo de retratação ou manter sua decisão anterior, quando o STF tiver dado provimento ao recurso extraordinário paradigma.⁶⁹

2.2 A ferramenta do recurso repetitivo

Como já mencionado, é sabido que a Reforma do Poder Judiciário, realizada pela Emenda Constitucional 45/2004, teve como principal objetivo diminuir a morosidade do processo, considerada um dos maiores problemas da Justiça Brasileira.⁷⁰

Neste contexto, como tentativa de diminuir a morosidade processual no âmbito do Superior Tribunal de Justiça, a Lei 11.672/2008 foi sancionada pelo Presidente da República em 08 de maio de 2008, e inseriu o Art. 543-C ao Código de Processo Civil, que

extraordinário, não é cabível a interposição do agravo de instrumento previsto no art. 544 do Código de Processo Civil, razão pela qual não há que falar em afronta à Súmula STF 727. 2. O Plenário desta Corte decidiu, no julgamento da Ação Cautelar 2.177-MC-QO/PE, que a jurisdição do Supremo Tribunal Federal somente se inicia com a manutenção, pelo Tribunal de origem, de decisão contrária ao entendimento firmado no julgamento da repercussão geral, nos termos do § 4º do art. 543-B do Código de Processo Civil. 3. Fora dessa específica hipótese não há previsão legal de cabimento de recurso ou de outro remédio processual para o Supremo Tribunal Federal. 4. Inteligência dos arts. 543-B do Código de Processo Civil e 328-A do Regimento Interno do Supremo Tribunal Federal. 5. Possibilidade de a parte que considerar equivocada a aplicação da repercussão geral interpor agravo interno perante o Tribunal de origem. 6. Oportunidade de correção, no próprio âmbito do Tribunal de origem, seja em juízo de retratação, seja por decisão colegiada, do eventual equívoco. 7. Não-conhecimento da presente reclamação e cassação da liminar anteriormente deferida. 8. Determinação de envio dos autos ao Tribunal de origem para seu processamento como agravo interno. 9. Autorização concedida à Secretaria desta Suprema Corte para proceder à baixa imediata desta Reclamação. (SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. Tribunal Pleno. RCL 7569/SP. Relatora: Ellen Gracie. Brasília, DF, 19 de nov. de 2009. DJ de 10 de dez. de 2009).

⁶⁹ DANTAS, Bruno. **Repercussão geral**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2008, p.322.

⁷⁰ RODRIGUES NETTO, Nelson. Análise crítica do julgamento “por atacado” no STJ (Lei 11.672/2008 sobre recursos especiais repetitivos). **Revista de Processo**. São Paulo: Revista dos Tribunais. Ano 33, n. 163, set/2008, p. 235.

trata do procedimento para o julgamento de recursos especiais repetitivos fundados em idêntica questão de direito.

O novel procedimento foi inspirado na Lei 11.418/2006, que inseriu os Arts. 543-A e 543-B no Código de Processo Civil, a fim de disciplinar o requisito de admissibilidade da repercussão geral dos recursos extraordinários, trazido pela EC 45/2004, tratado acima.

Neste sentido, a própria exposição de motivos da Lei 11.672 traz explícita referência ao intuito de amenizar o problema do imenso número de processos que diariamente chegam ao STJ, a lei inspira-se no procedimento previsto na Lei 11.418 que “criou mecanismo simplificando o julgamento de recursos múltiplos, fundados em idêntica matéria, no Supremo Tribunal Federal”.⁷¹

Cumpre esclarecer que apesar da EC nº 45 ter inserido a repercussão geral como novo requisito de admissibilidade apenas no âmbito dos recursos extraordinários, do projeto desta emenda constava a sugestão de extensão da repercussão geral também para os recursos especiais e de revista, o que não foi acolhido nem na Câmara dos Deputados, nem no Senado Federal.

No tocante aos recursos de revista, a ausência de previsão constitucional da repercussão geral era mesmo justificável, tendo em vista que a competência do Tribunal Superior do Trabalho é regulamentada por lei ordinária, nos termos do Art. 111-A, §1º da própria Constituição Federal. Por outro lado, a ausência de previsão constitucional do novo requisito aos recursos especiais é injustificável, haja vista que a competência do Superior Tribunal de Justiça é disciplinada no próprio texto constitucional (Art. 105, III, a - c, da CF/1988), que não autoriza esta Corte a impor limitações à admissibilidade do recurso especial.⁷²

⁷¹ Exposição de motivos nº 40-MJ, 5 de abril de 2007.

⁷² ALVIM, J. E. Carreira. Recursos especiais repetitivos: mais uma tentativa de desobstruir os tribunais. **Revista de Processo**. São Paulo: Revista dos Tribunais. Ano 33, n. 162, agosto/2008, p. 172.

O fato é que diante das dificuldades de se obter, para o recurso especial, em sede constitucional, o mesmo amparo obtido para o recurso extraordinário, buscou-se criar, por meio de lei ordinária, um procedimento capaz de conferir ao STJ os mesmos efeitos que o requisito da repercussão geral trouxe para o Supremo.

Assim, no âmbito do recurso extraordinário foi criado um novo procedimento, haja vista que a reforma estabeleceu não somente um requisito de admissibilidade, mas também a transcendência da matéria como hipótese de cabimento, enquanto, no recurso especial, o que se fez até agora, foi a inserção de uma alteração em seu processamento quando houver multiplicidade de recursos que versem sobre a mesma questão de direito.⁷³

Neste contexto, foi promulgada a citada Lei nº 11.672/2008, que estabeleceu o procedimento de julgamento dos recursos especiais repetitivos.

2.2.1 Fundamentos

Quando a Lei dos Recursos Repetitivos entrou em vigor, o Presidente do Superior Tribunal de Justiça, à época o Ministro Humberto Gomes de Barros, manifestou-se acerca do novel procedimento criado para os recursos especiais:

Ao completar 19 anos de existência, o Superior Tribunal de Justiça ganha o mais poderoso instrumento processual capaz de apoiá-lo no cumprimento do papel constitucional de uniformizador da lei federal. Sancionada pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva no dia 8 de maio, a Lei 11.672/08 livrará o STJ de milhares de recursos repetitivos, ao acrescentar o Art. 543-C ao Código de Processo Civil.

O projeto sancionado representa uma carta de alforria para o STJ. Em 2007, o tribunal julgou mais de 330 mil processos, dos quais 74% referiam-se a questões já pacificadas na corte. Nos últimos três anos, além do tempo dos ministros, foram gastos R\$ 175 milhões com o julgamento de recursos

⁷³ CAVALCANTE, Mantovanni Colares. A Lei 11.672/2008 e o novo processamento de recursos especiais com identidade de matérias, em confronto com a feição transindividual do recurso extraordinário. **Revista de Processo**. São Paulo: Revista dos Tribunais. Ano 33, n. 163, set./2008, p. 188.

repetitivos. Esses processos lotam os gabinetes e dificultam o julgamento de matérias de maior interesse da sociedade. (...).⁷⁴

Diante da manifestação do Ministro, torna-se claro que a principal motivação para a criação do processamento foi a morosidade jurisdicional daquela Casa Superior, tal qual espelha a realidade do Judiciário como um todo.

Assim, as tentativas para tornar a justiça mais célere são inúmeras, como a adoção de mecanismos como a repercussão geral, a súmula vinculante, a súmula impeditiva de recursos, o julgamento de mérito independente da formação plena da relação jurídica processual e, agora, a adoção do “recurso especial por amostragem”.⁷⁵

Para Athos Gusmão Carneiro, ex-membro do STJ que sugeriu o projeto da Lei 11.672, o principal objetivo da nova legislação acerca dos recursos repetitivos no STJ é atenuar a plethora de feitos em tramitação do STJ e possibilitar o cumprimento da promessa constitucional do Art. 5º, LXXVIII, da Constituição Federal, a saber, o **julgamento em tempo razoável** e concessão de meios que garantam a **celeridade** na tramitação dos processos.⁷⁶

Em síntese, a nova lei determina que quando diversos recursos especiais versarem sobre a mesma questão de direito, o tribunal de origem selecionará um ou mais processos, referentes ao tema, e encaminhará ao STJ. O julgamento dos demais feitos idênticos fica suspenso até a decisão final da Corte Especial do Superior Tribunal de Justiça. Após a decisão, os tribunais de origem deverão aplicar o entendimento de imediato. Apenas os processos nos quais a tese contrária à decisão da Corte for mantida pelo tribunal *a quo*, subirão ao STJ.⁷⁷

⁷⁴ BARROS, Humberto Gomes de. **Carta de alforria: Lei 11.672/2008 vai resgatar o STJ da inviabilidade**. Disponível em: <<http://conjur.com.br>>. Acesso em 23/10/2010.

⁷⁵ MARTINS, Samir José Caetano. O julgamento de recursos especiais repetitivos. **Revista Dialética de Direito Processual**. São Paulo: Dialética. N. 64, jul./2008, p. 114.

⁷⁶ CARNEIRO, Athos Gusmão. Primeiras observações sobre a lei dos recursos repetitivos no STJ. **Revista de Processo**. São Paulo: Revista dos Tribunais. Ano 33, n. 160, jun./2008, p. 84.

⁷⁷ FUX, Luiz. A desistência recursal e os recursos repetitivos. **Revista de Direito Renovar**. Rio de Janeiro: Renovar Ltda. N. 42, 2008, p. 7.

Em outras palavras, o Superior Tribunal de Justiça, pelas disposições da supramencionada lei, deixará de julgar todos os recursos especiais repetitivos e julgará apenas os recursos da controvérsia que forem selecionados, ou seja, o número de julgamentos realizados pelo Superior Tribunal de Justiça será consideravelmente reduzido, e o Tribunal terá maior disponibilidade para julgar as demandas mais complexas, que exigem uma maior e mais cuidadosa análise daquela Corte.

Assim, tem-se que a intenção do legislador, certamente, foi tornar mais rápido o trâmite de recursos repetitivos dirigidos ao STJ, de modo que se possa reduzir consideravelmente o número de recursos encaminhados àquele Tribunal.⁷⁸

Por outro lado, a nova lei também tem como finalidade assegurar que o Superior Tribunal de Justiça cumpra sua missão constitucional de corte de uniformização da interpretação da legislação federal, com a imediata inclusão dos recursos já na pauta das seções ou do órgão especial, a fim de que desde logo sejam julgadas por órgão colegiado mais numeroso.⁷⁹

Diante das finalidades da nova lei torna-se claro que o Superior Tribunal de Justiça deixou de ser um julgador de causas e passou a ser um fixador de teses, tendo em vista que por meio de um único recurso, é fixada uma tese, que será aplicada a inúmeros outros.

2.3 O julgamento dos recursos especiais repetitivos por amostragem

Como mencionado, a Lei 11.672/2008 inseriu no Código de Processo Civil o Art. 543-C que dispõe sobre o procedimento para julgamento dos recursos repetitivos, que a seguir será exposto detalhadamente.

⁷⁸ WAMBIER, Luiz Rodrigues. VASCONCELOS, Rita de Cássia Corrêa de. Recursos especiais repetitivos: reflexos das novas regras (Lei 11.672/2008 e Resolução do STJ) nos processos coletivos. **Revista Jurídica**. Porto Alegre: Notadez. Ano 57, n. 378, abril/2009, p. 41.

⁷⁹ SOUZA, Bernardo Pimentel. **Introdução aos recursos cíveis e à ação rescisória**. 6. ed. São Paulo: Saraiva, 2009, p. 859.

Cabe ressaltar que, conforme previsão contida no Art. 2º da lei, os recursos já interpostos na data de sua entrada em vigor, também estão sujeitos ao procedimento.

O Art. 3º, por sua vez, estabelece que a referida lei entrará em vigor 90 (noventa) dias após a data de sua publicação, o que ocorreu, finalmente em 08 de agosto de 2008.

2.3.1 Procedimento

O procedimento do julgamento dos recursos especiais repetitivos tem previsão no Art. 543-C do Código de Processo Civil, assim como na Resolução nº 8 do STJ.

Primeiramente, é preciso eleger o recurso representativo, que também é denominado de “recurso-piloto”. Para isso, é necessário, cumulativamente, observar dois requisitos: o quantitativo e o qualitativo.

O aspecto quantitativo é o que se refere à necessidade de a questão de direito repetir-se em número elevado de demandas. É preciso considerar os recursos que já foram interpostos, bem como aqueles que poderão ser interpostos. Assim, o procedimento dos recursos repetitivos somente será aplicado se a questão a ser apreciada pela instância superior se repetir em outros feitos (multiplicidade de recursos). Se isso não ocorrer, o procedimento será o comum dos recursos especiais.⁸⁰

Já em relação ao aspecto de ordem qualitativa, em um primeiro momento, é preciso observar que a questão repetitiva deve ser exclusivamente **de direito**. O recurso escolhido deve ser aquele que contiver a maior diversidade de argumentos e de fundamentos no acórdão.⁸¹ Afinal, os demais recursos serão decididos com base no recurso paradigma.

⁸⁰ SERAU JÚNIOR, Marco Aurélio; REIS, Silas Mendes. **Recursos especiais repetitivos no STJ**. Rio de Janeiro: Forense; São Paulo: Método, 2009.

⁸¹ BRASIL, Superior Tribunal de Justiça. Resolução n. 8/2008, de 06 de agosto.

Será selecionado pelo menos **um** processo de cada Relator, que serão considerados os representativos da controvérsia, conforme dispõe a Resolução nº 8/2008, do STJ.⁸²

A competência para a escolha dos recursos especiais paradigmas é do Presidente ou Vice-Presidente do Tribunal *a quo*, que selecionará os recursos e os encaminhará ao Superior Tribunal de Justiça. Os demais recursos ficarão suspensos até que haja alguma decisão dos recursos representativos, assim como os que forem interpostos subsequentelemente.

Se o tribunal de origem não admitir o recurso paradigma, o Ministro Relator do STJ, ao identificar que sobre a controvérsia já existe jurisprudência dominante ou que a matéria já está afetada a um dos órgãos colegiados, poderá determinar a suspensão, nos tribunais de segunda instância, dos recursos nos quais a controvérsia esteja estabelecida, como determina o Art. 543-C, §2º, do CPC.

No Superior Tribunal de Justiça, os recursos especiais serão distribuídos por dependência, formando assim um grande bloco de julgamento dos recursos que seguirem a mesma matéria.

Todos os recursos especiais que forem eleitos como representativos da controvérsia, pelo tribunal de origem, passarão por um juízo de admissibilidade. O primeiro juízo realizado pelo tribunal *a quo*, como já exposto, não impede o Superior Tribunal de Justiça de fazer novamente a análise dos requisitos, que poderá, eventualmente, inclusive deixar de conhecer o recurso.

O Ministro Relator, por outro lado, poderá solicitar aos tribunais de justiça ou aos tribunais regionais federais informações a respeito da controvérsia. Tais informações deverão ser prestadas pelas instâncias ordinárias no prazo de 15 dias. O Relator também poderá admitir a manifestação escrita de pessoas, órgãos ou entidades com interesse na

⁸² Art. 1º, § 1º, Resolução 8, STJ: Serão selecionados pelo menos um processo de cada Relator e, dentre esses, os que contiverem maior diversidade de fundamentos no acórdão e de argumentos no recurso especial.

controvérsia, como dispõe o §4º do Art. 543-C, do CPC. Trata-se da intervenção de terceira pessoa denominada *amicus curiae*.

O *amicus curiae* ou “amigo da Corte” tem como função primordial juntar aos autos parecer ou informações com o “intuito de trazer à colação considerações importantes sobre a matéria de direito a ser discutida pelo Tribunal”⁸³, ou seja, as informações prestadas pelo *amicus curiae* contribuem para a construção do livre convencimento do Tribunal julgador.

Convém destacar que a participação do “amigo da Corte” está condicionada à demonstração do interesse no julgamento. Tal interesse não necessariamente deve ser jurídico. Pode ser qualquer interesse social, econômico ou político, mas deve ser sério e relevante para a causa.⁸⁴ A participação não se justifica em razão do interesse das pessoas, órgãos ou entidade na controvérsia, mas no resultado do julgamento.⁸⁵

Assim, explica Carreira Alvim: “A atuação do *amicus curiae* tem o objetivo de defender uma tese jurídica, que lhe interessa, em especial, porque as decisões tendem a ter um efeito vinculante, mas o faz em nome de interesses institucionais.”⁸⁶

Após a apresentação das informações porventura requeridas, às instâncias ordinárias, o Ministério Público terá vista dos autos pelo prazo de 15 dias. Há que ressaltar que a falta de manifestação do *Parquet* no julgamento do recurso representativo acarretará sua nulidade.⁸⁷ A indispensável participação do Ministério Público, por meio da Subprocuradoria Geral da República, está justificada pelo fato de se tratar do julgamento de um recurso

⁸³ MORAES, Alexandre de. **Direito constitucional**. 11. ed. São Paulo: Atlas, 2002, p. 622.

⁸⁴ THEODORO JÚNIOR, Humberto. O novo art. 543-C do Código de Processo Civil (Lei nº 11.672, de 8.5.2008). **Revista Forense**. Rio de Janeiro: Forense. v. 104, n. 397, maio/jun. 2008, p. 195.

⁸⁵ ALVIM, J. E. Carreira. Recursos especiais repetitivos: mais uma tentativa de desobstruir os tribunais. **Revista de Processo**. São Paulo: Revista dos Tribunais. Ano 33, n. 162, agosto/2008, p. 178.

⁸⁶ ALVIM, J. E. Carreira. Recursos especiais repetitivos: mais uma tentativa de desobstruir os tribunais. **Revista de Processo**. São Paulo: Revista dos Tribunais. Ano 33, n. 162, agosto/2008, p. 178.

⁸⁷ Há quem entenda que a participação do Ministério Público somente ocorrerá quando houver necessidade de sua intimação como parte ou *custus legis*, como o doutrinador Daniel Moura Nogueira.

especial que resultará em efeito vinculante, ou seja, que afetará inúmeros outros processos com igual questão de direito.⁸⁸

O Art. 4º da Resolução nº 8/2008, do STJ, assim como o § 6º do Art. 543-C, do CPC, determinam que decorrido o prazo de vista para o Ministério Público, será encaminhada cópia do relatório aos demais Ministros e o processo será incluído em pauta na seção ou na Corte Especial, devendo ser julgado com preferência sobre os demais feitos, com exceção dos que envolvam réu preso e os pedidos de habeas corpus.

Após o julgamento dos recursos paradigmas, o acórdão do Superior Tribunal de Justiça será publicado e, então, os recursos especiais sobrestados na origem terão seu seguimento denegado na hipótese do acórdão recorrido coincidir com a orientação firmada pelo STJ.

Se o acórdão recorrido divergir da orientação do STJ, os recursos especiais sobrestados na origem serão novamente examinados pelas instâncias ordinárias. Nesses casos, o reexame da matéria será feito pelo relator originário do feito. Nessa hipótese, mantida a decisão divergente pelo Tribunal, far-se-á o exame de admissibilidade do recurso especial.

O primeiro processo julgado pelo Superior Tribunal de Justiça, segundo as disposições do Art. 543-C do CPC, tratou da inscrição de devedores nos órgãos de proteção de crédito; da incidência do Código de Defesa do Consumidor em contratos bancários; dos juros de mora e limite dos juros remuneratórios e, por fim, do conhecimento de ofício pelo julgador das cláusulas abusivas.⁸⁹

⁸⁸ ALVIM, J. E. Carreira. Recursos especiais repetitivos: mais uma tentativa de desobstruir os tribunais. **Revista de Processo**. São Paulo: Revista dos Tribunais. Ano 33, n. 162, agosto/2008, p. 178.

⁸⁹ FERREIRA, Marcus Vinícius Vita. Consolidação das teses acerca de contratos bancários pela segunda seção do Superior Tribunal de Justiça: aplicação da lei de recursos repetitivos. **Revista de Direito Bancário e de Mercado de Capitais**. São Paulo: Revista dos Tribunais. Ano 12, n. 43, 2009, p. 49.

2.4 A desistência do recurso paradigma

Já foi abordado o fato de que, na hipótese de existirem vários recursos especiais fundados em idêntica questão (tese) jurídica, será aplicada a técnica de julgamento prevista no Art. 543- C do Código de Processo Civil, o chamado julgamento por amostragem.

Isso significa que diante dos inúmeros recursos interpostos com questões repetitivas, um ou mais recursos serão selecionados como representativos da controvérsia e os demais ficarão sobrestados, até o pronunciamento do Superior Tribunal de Justiça. Depois do julgamento os recursos que tiverem ficado sobrestados na origem, terão o mesmo destino daqueles que foram decididos pelo STJ.

Contudo, diante do novel procedimento é interessante destacar um questionamento: o recurso especial que for selecionado como representativo da controvérsia, quando já pronto para ser levado a debate no STJ, poderá ser objeto de desistência? Em outras palavras, o recorrente pode desistir do recurso-piloto, regra do Art. 501 do CPC?

Primeiramente, é preciso destacar que quando o recurso representativo é selecionado, é instaurado um novo procedimento. Um procedimento incidental instaurado por provocação oficial, e que não deve ser confundido com o procedimento recursal, instaurado, este, por provocação do recorrente.⁹⁰

Fredie Diddier e Leonardo da Cunha explicam com exatidão o tema:

Passa, então, a haver, ao lado do recurso, um procedimento específico para julgamento e fixação da tese que irá repercutir relativamente a vários outros casos repetitivos. Quer isso dizer que surgem, paralelamente dois procedimentos: a) o procedimento recursal, principal, destinado a resolver a questão individual do recorrente; e, b) o procedimento incidental de definição do precedente ou da tese a ser adotada pelo tribunal superior, que

⁹⁰ DIDIER JÚNIOR, Fredie. CUNHA, Leonardo José Carneiro da. **Meios de impugnação às decisões judiciais e processo nos tribunais**. 8. ed. Salvador: Podivm, 2010, p. 321.

haverá de ser seguida pelos demais tribunais e que repercutirá na análise dos demais recursos que estão sobrestados para julgamento.⁹¹

Diante de tal diferenciação, os autores afirmam ainda que o último procedimento mencionado tem feição **coletiva**, não devendo portanto ser objeto de desistência. Portanto, quando o recorrente desiste de seu recurso, a desistência deve atingir apenas o procedimento recursal. A desistência não impede o julgamento, com a definição da tese a ser adotada pelo tribunal superior. O julgamento, contudo, não atingirá o recorrente que desistiu de seu recurso.⁹²

Em que pese esse entendimento, o Superior Tribunal de Justiça já se manifestou em outro sentido, como se verifica pelo acórdão do Recurso Especial 1.063.343/RS, de relatoria da Ministra Nancy Andrichi, indeferindo o pedido de desistência recursal, sem dar vazão ao modelo bipolar acima enunciado:

EMENTA: Processo civil. Questão de ordem. Incidente de Recurso Especial Repetitivo. Formulação de pedido de desistência no Recurso Especial representativo de controvérsia (Art. 543-C, § 1º, do CPC). **Indeferimento do pedido de desistência recursal.**

É inviável o acolhimento de pedido de desistência recursal formulado quando já iniciado o procedimento de julgamento do Recurso Especial representativo da controvérsia, na forma do Art. 543-C do CPC c/c Resolução n.º 08/08 do STJ.

Questão de ordem acolhida para indeferir o pedido de desistência formulado em Recurso Especial processado na forma do Art. 543-C do CPC c/c Resolução n.º 08/08 do STJ.⁹³ (*grifo nosso*)

Diferentemente do entendimento dos doutrinadores mencionados, portanto, o atual entendimento do STJ é no sentido de que não é possível desistir dos recursos especiais representativos, tendo em vista que passam a ter interesse público, e não apenas particular, pois a sua decisão atingirá outros inúmeros casos que versem sobre a mesma tese jurídica.

⁹¹ DIDIER JÚNIOR, Fredie. CUNHA, Leonardo José Carneiro da. **Meios de impugnação às decisões judiciais e processo nos tribunais**. 8. ed. Salvador: Podivm, 2010, p. 321.

⁹² DIDIER JÚNIOR, Fredie. CUNHA, Leonardo José Carneiro da. **Meios de impugnação às decisões judiciais e processo nos tribunais**. 8. ed. Salvador: Podivm, 2010, p. 321.

⁹³ SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA. REsp 1.063.343/RS. Relatora: Ministra Nancy Andrichi, Corte Especial, julgado em 17/12/2008 e publicado em 04/06/2009.

Outrossim, segundo entendimento de Luiz Fux, se a desistência recursal fosse permitida, esta poderia ensejar fraude processual, o que, inclusive, obsta a que a jurisdição cumpra a sua finalidade maior, qual seja a de pacificar e uniformizar as decisões judiciais para causas idênticas.⁹⁴

Vale, ainda, trazer as palavras do Ministro do STF Luiz Fux, a respeito da matéria: “O escopo da novel técnica é atingir uma multiplicidade de demandantes, o que significa o seu espectro transindividual, suficiente por si só para tornar indisponível e impossível de desistência o recurso interposto.”⁹⁵

Por fim, cumpre esclarecer que a discussão acerca da possibilidade de desistência ou não do recurso especial representativo da controvérsia esgotar-se-á com a aprovação no novo Código de Processo Civil, que prevê, em seu Art. 911, parágrafo único, que a desistência do recurso paradigma será possível, mas que ela não obstará o julgamento da questão jurídica nele versada, *in verbis*:⁹⁶

Art. 911. O recorrente poderá, a qualquer tempo, sem a anuência do recorrido ou dos litisconsortes, desistir do recurso.

Parágrafo único: No julgamento de recursos repetitivos, a questão ou as questões jurídicas objeto do recurso representativo de controvérsia de que se desistiu serão decididas pelo Superior Tribunal de Justiça ou pelo Supremo Tribunal Federal.

Assim, a parte poderá desistir do seu recurso, que, apesar de a decisão correlata não atingir o recorrente, ainda assim será julgado, para finalidades transindividuais. No modelo proposto *de lege ferenda* não haverá prejuízo para aquele que abandona sua pretensão recursal, tampouco para o caráter coletivo do procedimento incidental.

⁹⁴ FUX, Luiz. A desistência recursal e os recursos repetitivos. **Revista de Direito Renovar**. Rio de Janeiro: Renovar Ltda. N. 42, 2008, p. 11.

⁹⁵ FUX, Luiz. A desistência recursal e os recursos repetitivos. **Revista de Direito Renovar**. Rio de Janeiro: Renovar Ltda. N. 42, 2008, p. 11.

⁹⁶ Projeto do Novo Código de Processo Civil. Disponível em: <www.senado.gov.br>. Acesso em 15/11/2010.

3 DA EFICÁCIA DO NOVO PROCEDIMENTO

Como já mencionado, a Lei dos Recursos Repetitivos foi criada com o intuito de dar vazão aos inúmeros recursos especiais que tratam sobre a mesma questão de direito submetidos anualmente ao Superior Tribunal de Justiça. Consequentemente, o novo procedimento diminuiria consideravelmente a demanda de recursos especiais recebida pelo Tribunal Superior e se tornaria um importante mecanismo de celeridade na prestação jurisdicional.

A Lei nº 11.672/2008 entrou em vigor no dia 08 de outubro de 2008 e está prestes a completar três anos de vigência, mas será que nesse curto período ela se mostrou um eficiente mecanismo para a redução do número de recursos especiais julgados pelo STJ e para a efetividade do princípio da celeridade processual? A nova lei cumpriu com as suas finalidades durante esses três anos?

3.1 Os resultados da Lei 11.672/2008

No último ano antes da entrada em vigor da Lei dos Recursos Repetitivos, foram distribuídos ao Superior Tribunal de Justiça 104.219 recursos especiais,⁹⁷ enquanto que em 2008 foram distribuídos 85.612 recursos especiais, ou seja, em apenas quatro meses de vigência da lei, houve uma redução de aproximadamente 18%.

⁹⁷ Superior Tribunal de Justiça. Relatório Estatístico 2007. Disponível em: <http://www.stj.jus.br/webstj/Processo/Boletim/?vPortalAreaPai=183&vPortalArea=584>. Acesso em 04/04/2011.

Nos anos subseqüentes, o número de recursos especiais distribuídos também foi reduzido consideravelmente, em 2009 foram 75.600, e em 2010 foram 54.596. o quadro abaixo ilustra essa que foi, ao todo, uma redução da ordem de aproximadamente 48%.⁹⁸

	2007	2008	2009	2010
Recursos especiais distribuídos	104.219	85.612	75.600	54.596

Portanto, em quase três anos de vigência da Lei 11.672/2008, o número de recursos especiais distribuídos ao Superior Tribunal de Justiça encontra-se reduzido ao equivalente a 48% do volume original, levando-se em consideração os anos de 2007 e 2010. Assim, a lei tem revelado números expressivos em seu pouco tempo de vigência.

Ressalte-se que apenas no âmbito do Tribunal Regional Federal da 1ª Região, nos anos de 2009 e 2010, cerca de 3.850 recursos especiais foram sobrestados pela Presidência e Vice-Presidência do Tribunal, com a finalidade de cumprir com o procedimento previsto na Lei 11.672/2008.⁹⁹

Além disso, o próprio Superior Tribunal de Justiça tem sobrestado inúmeros recursos. Apenas nos três primeiros meses de 2010, foram destacados 410 recursos representativos de controvérsias para pacificarem os entendimentos repetitivos.¹⁰⁰

A par dos dados mostrados, o número de recursos especiais repetitivos julgados também aumentou, como a seguir será demonstrado.

⁹⁸ Superior Tribunal de Justiça. Relatórios Estatísticos 2009 e 2010. Disponível em: <http://www.stj.jus.br/webstj/Processo/Boletim/?vPortalAreaPai=183&vPortalArea=584>. Acesso em 04/04/2011.

⁹⁹ Dados obtidos junto ao Diretor da Coordenaria de Recursos do Tribunal Regional Federal da 1ª Região.

¹⁰⁰ Superior Tribunal de Justiça. Disponível em http://www.stj.jus.br/portal_stj/publicacao/engine.wsp?tmp.area=398&tmp.texto=96570&tmp.area_anterior=44&tmp.argumento_pesquisa=recursos%20repetitivos. Acesso em 10/04/2011.

No ano subsequente ao da entrada em vigência da Lei dos Recursos Repetitivos foram submetidos 299 recursos especiais paradigmas ao STJ para julgamento, e destes recursos apenas 154 foram julgados. Em 2010, por sua vez, o número de recursos especiais julgados pelo Superior Tribunal de Justiça aumentou aproximadamente 116%, em relação ao ano anterior.¹⁰¹

	2009	2010
Afetados	299	421
Julgados	154	336

Não obstante tenham sido julgados, apenas no ano passado, 336 teses de recursos repetitivos, ainda estão em trâmite 85 recursos repetitivos, que aguardam julgamento.¹⁰²

Destarte, verifica-se que tanto o número de recursos repetitivos submetidos ao Superior Tribunal de Justiça, quanto o número de recursos paradigmas julgados tiveram um aumento significativo, o que certamente revela maior aplicabilidade da Lei 11.672, com o conseqüente alívio do número de demandas do STJ.

É imperioso ressaltar ainda que a Lei 11.672/2008 apenas disciplinou o julgamento de recursos repetitivos para os recursos especiais. Contudo, a Resolução nº 7, do Superior Tribunal de Justiça, que entrou em vigor em 08 de agosto de 2008, prevê a aplicação das mesmas regras de julgamento para os agravos contra decisão que inadmitir recurso especial cujo fundamento repouse em matéria repetitiva.¹⁰³

¹⁰¹ Superior Tribunal de Justiça. Relatórios Estatísticos 2009 e 2010. Disponível em <http://www.stj.jus.br/webstj/Processo/Boletim/?vPortalAreaPai=183&vPortalArea=584>. Acesso em 04/04/2011.

¹⁰² Superior Tribunal de Justiça. Relatórios Estatísticos 2009 e 2010. Disponível em <http://www.stj.jus.br/webstj/Processo/Boletim/?vPortalAreaPai=183&vPortalArea=584>. Acesso em 04/04/2011.

¹⁰³ Art. 7º, Resolução 8, STJ: O procedimento estabelecido nesta Resolução aplica-se, no que couber, aos agravos de instrumento interpostos contra decisão que não admitir recurso especial.

Apenas em 2009, foram 162.836 agravos distribuídos, o que corresponde a 55% do total de processos distribuídos. Em 2010, a porcentagem praticamente se manteve, mas o número de recursos caiu para 119.517:¹⁰⁴

	2007	2008	2009	2010
Agravos distribuídos	153.619	135.983	162.836	119.517

A redução do número de agravos foi de 22%, tendo em vista o ano anterior à vigência da resolução e o ano de 2010, portanto, bastante inferior aos números trazidos pela aplicação da lei aos recursos especiais. Assim, atualmente os agravos ainda são a maior demanda submetida ao STJ e correspondem a aproximadamente 53% do total de processos distribuídos, contribuindo, ainda, para a morosidade do julgamento de processos pelo Tribunal.¹⁰⁵

Ocorre que mesmo diante de números tão expressivos em razão da julgamento dos recursos repetitivos, principalmente com relação aos recursos especiais, a quantidade de processos que são distribuídos ao Superior Tribunal de Justiça ainda é bastante preocupante, conforme demonstra a tabela ilustrativa desses números:¹⁰⁶

1989	1990	2005	2006	2007	2008	2009	2010
6.103	14.087	211.128	251.020	313.364	271.521	292.103	228.981

Levando-se em conta o número de processos anterior e posterior à vigência da Lei 11.672/2008, verifica-se novamente a redução de números, em razão do sobrestamento

¹⁰⁴ Superior Tribunal de Justiça. Relatórios Estatísticos 2007, 2008, 2009 e 2010. Disponível em <http://www.stj.jus.br/webstj/Processo/Boletim/?vPortalAreaPai=183&vPortalArea=584>. Acesso em 10/04/2011.

¹⁰⁵ Comparação de dados do Relatório Estatístico 2010 do STJ. Disponível em <http://www.stj.jus.br/webstj/Processo/Boletim/?vPortalAreaPai=183&vPortalArea=584>. Acesso em 10/04/2011.

¹⁰⁶ Superior Tribunal de Justiça. Relatórios Estatísticos 2010. Disponível em: <http://www.stj.jus.br/webstj/Processo/Boletim/?vPortalAreaPai=183&vPortalArea=584>. Acesso em 10/04/2011.

de inúmeros recursos especiais pelo juízo *a quo*. No entanto, a quantidade de processos submetidos ao Superior Tribunal de Justiça ainda continua elevada, indicando visível sobrecarga daquela Corte.

O Ministro Hamilton Carvalhido, em uma entrevista à Revista *Conjur*, quando questionado a respeito do enfrentamento da demanda em massa de processos pelas Cortes Especiais, afirmou que os filtros criados pelo STJ e pelo STF, Lei de Recursos Repetitivos e a Repercussão Geral, respectivamente, não tem a função de estancar novas ações, e assim explica: “Ainda que agilizem as soluções, esses instrumentos não podem ser vistos como algo que neutralize o caudal de processos, e sim como consolidação de um entendimento que deve reger as relações da vida social”.¹⁰⁷

Verifica-se, portanto, que, apesar de uma redução numérica expressiva, decorrente da Lei dos Recursos Repetitivos, talvez o novo procedimento seja não a solução, mas uma das soluções dentre um conjunto de outras tantas que precisam ser implementadas, não apenas no âmbito do Superior Tribunal de Justiça, mas em todo o Poder Judiciário, para que o princípio da celeridade processual e da razoável duração do processo sejam efetivamente cumpridos, como garante a Constituição Federal.

Neste sentido, a nova reforma do Judiciário traz algumas promessas, para que seja garantido o princípio da celeridade processual, conforme será analisado a seguir.

3.2 As propostas do novo Código de Processo Civil

O Projeto de Lei do novo Código de Processo Civil, já aprovado pela Câmara dos Deputados e atualmente em trâmite no Senado Federal, prestigia em muito o princípio da celeridade processual e da razoável duração do processo, além de destacar o procedimento de julgamento dos recursos repetitivos.

¹⁰⁷ Superior Tribunal de Justiça. Disponível em http://www.stj.jus.br/portal_stj/publicacao/engine.wsp?tmp.area=398&tmp.texto=101234&tmp.area_anterior=44&tmp.argumento_pesquisa=recursos%20repetitivos. Acesso em 10/04/2011.

Na carta de encaminhamento do projeto ao Presidente do Senado Federal, a Comissão de Juristas responsável por sua elaboração, presidida pelo Ministro Luiz Fux e relatada pela Dr.^a Teresa Arruda Wambier, afirma que o seu maior desafio na elaboração do projeto foi o de “resgatar a crença no judiciário e tornar realidade a promessa constitucional de uma justiça pronta e célere”¹⁰⁸. E finalizam: “O tempo não nos fez medrar e de pronto a Comissão enfrentou a tormentosa questão da morosidade judicial”¹⁰⁹.

Assim, com o escopo de garantir o princípio da celeridade processual e de aliviar os números que assolam o Poder Judiciário, a Comissão de Juristas apresentou algumas inovações para o julgamento de recursos repetitivos.

3.2.1 Decisão vinculante dos recursos repetitivos

Uma das mudanças previstas no projeto do novo Código de Processo Civil é o efeito vinculante das decisões proferidas no julgamento dos recursos repetitivos pelo Superior Tribunal de Justiça.

Atualmente, as decisões dos recursos repetitivos não precisam ser seguidas pelos magistrados de primeiro e segundo graus. Assim, ainda que o STJ decida determinada questão repetitiva, as instâncias inferiores não terão que obrigatoriamente seguir o entendimento dado pelo STJ, ou seja, os magistrados não precisarão aplicar a decisão aos inúmeros recursos sobrestados.

No entanto, apesar da atual desvinculação da decisão, o procedimento ainda evita que inúmeros processos cheguem ao Superior Tribunal de Justiça. Neste contexto, o Ministro Asfor Rocha explica:

Há uma grande tendência de os tribunais de segunda instância seguirem o STJ. Pode até ter algum renitente, mas em princípio esses processos não

¹⁰⁸ Projeto do Novo Código de Processo Civil. Disponível em: <www.senado.gov.br>. Acesso em 12/04/2011.

¹⁰⁹ Projeto do Novo Código de Processo Civil. Disponível em: <www.senado.gov.br>. Acesso em 12/04/2011.

chegarão à corte e, se chegarem, serão decididos sumariamente pela presidência do STJ. Não precisam sequer ser distribuídos para o relator se o tema já tiver um entendimento firmado.¹¹⁰

Não obstante a afirmação do Ministro de que grande parte dos Tribunais seguem o entendimento do Superior Tribunal de Justiça, o projeto do novo CPC decidiu prever a decisão vinculante dos recursos repetitivos, com a finalidade de tornar o regime dos recursos repetitivos ainda mais célere, nos termos do Art. 847.

A propósito, o projeto do novo código prevê o julgamento de recursos especiais e extraordinários repetitivos, abordado nos Arts. 953 a 958.¹¹¹

A Lei 11.672/2008, como já mencionado anteriormente, inspirou a Comissão, que previu o procedimento de julgamento de recursos repetitivos, no âmbito do STJ, como já ocorria, mas também no âmbito do STF. Com a futura aprovação do novo Código de Processo Civil, os recursos excepcionais que versarem sobre idêntica questão de direito serão processados nos termos Arts. 954 e seguintes do novo CPC.

Assim como ocorre atualmente com os recursos especiais repetitivos, um recurso extraordinário será eleito representativo da controvérsia, e será julgado pelo STF, enquanto que os outros recursos que tratem da mesma matéria ficarão sobrestados aguardando a decisão da Magna Corte a respeito do recurso representativo.¹¹²

O procedimento previsto na Lei dos Recursos Repetitivos se manteve em sua íntegra, mas agora com previsão para os recursos extraordinários, o que certamente diminuirá a demanda deste apelo à Suprema Corte, assim como tem acontecido com o Superior Tribunal de Justiça.

¹¹⁰ Superior Tribunal de Justiça. Disponível em: <http://www.stj.jus.br/portal_stj/publicacao/engine.wsp?tmp.area=642&tmp.texto=89794&tmp.area_anterior=44&tmp.argumento_pesquisa=recursos%20repetitivos>. Acesso em 12/04/2011.

¹¹¹ Projeto do Novo Código de Processo Civil, artigos 953 a 958. Disponível em: <www.senado.gov.br>. Acesso em 12/04/2011.

¹¹² Projeto do Novo Código de Processo Civil, artigo 954. Disponível em: <www.senado.gov.br>. Acesso em 12/04/2011.

Cumprе ressaltar o destaque que o regime dos recursos repetitivos recebeu no projeto do novo Código de Processo Civil, com a regulamentação em subseção específica sobre o tema.

3.2.2 Suspensão do procedimento das demais ações

O projeto do novo Código de Processo Civil também traz a possibilidade de suspensão do procedimento das demais ações, tanto no juízo de primeiro grau, quanto dos demais recursos extraordinários e especiais, que estejam tramitando nos tribunais superiores, aguardando julgamento, desatreladamente dos afetados, isto como uma forma de complementação e reforço da eficiência do regime de julgamento de recursos repetitivos.¹¹³

Com a aprovação do novo Código será possível sobrestar um processo, em qualquer grau de jurisdição que esteja, o que não ocorre atualmente, pois os recursos somente são sobrestados pela Presidência ou Vice-Presidência do tribunal *a quo* ou pelo próprio Tribunal Superior.

Com a nova redação proposta, não apenas os recursos especiais serão sobrestados, mas qualquer processo que verse sobre a mesma matéria de direito, mesmo que em 1º grau de jurisdição, poderá vir a ser sobrestado em vista de que um paradigma esteja sendo discutido no julgamento de um recurso repetitivo perante o STJ, até que seja proferida a decisão pela Corte Superior.

Assim dispõe o §2º, do Art. 954, constante do projeto do novo código: “Os processos em que se discute idêntica controvérsia de direito e que estiverem em primeiro grau de jurisdição ficam suspensos por período não superior a doze meses, salvo decisão fundamentada do relator”.

¹¹³ Exposição de Motivos no Anteprojeto do Novo Código de Processo Civil, artigo 954. Disponível em: <www.senado.gov.br>. Acesso em 12/04/2011.

A proposta parece dizer respeito apenas a processos que tenham sua gênese (primeiro grau de jurisdição) em instância colegiada, na medida em que o texto refere-se a uma fundamentação formulada pelo relator do feito.

Ressalte-se que o próprio Superior Tribunal de Justiça, no julgamento proferido no Recurso Especial 1.111.743/DF, de relatoria da Ministra Nancy Andrigli, decidiu ser possível a suspensão dos julgamentos das apelações que versem sobre a mesma questão jurídica submetida ao regime dos recursos repetitivos, com a finalidade de cumprir a um só tempo os princípios da celeridade processual, da isonomia, da economia processual e da segurança jurídica.¹¹⁴

Neste sentido, a possibilidade de suspensão das demais ações surge como uma forma de garantir o princípio da celeridade processual e da razoável duração do processo, além de outros princípios constitucionais, como manifestado pela Ministra.

3.2.3 Incidente de resolução de demandas repetitivas

O Incidente de Resolução de Demandas Repetitivas é sem dúvida a grande inovação do projeto do novo Código de Processo Civil.

O Art. 895, *de lege ferenda*, estabelece que:

Art. 895: É admissível o incidente de demandas repetitivas sempre que identificada controvérsia com potencial de gerar relevante multiplicação de processos fundados em idêntica questão de direito e de causar grave

¹¹⁴ Conforme a jurisprudência: PROCESSUAL CIVIL. RECURSO ESPECIAL. ART. 105, III, A E C, DA CF/1988. SOBRESTAMENTO DO JULGAMENTO DA APELAÇÃO, POR FORÇA DE SUBMISSÃO DA QUAESTIO IURIS CONTROVERTIDA AO RITO PREVISTO NO ART. 543-C, DO CPC - RECURSO ESPECIAL REPRESENTATIVO DE CONTROVÉRSIA. POSSIBILIDADE. INTERPRETAÇÃO TELEOLÓGICO-SISTÊMICA. PRINCÍPIO CONSTITUCIONAL DA RAZOÁVEL DURAÇÃO DOS PROCESSOS (ART. 5.º LXXVIII, DA CRFB/1988). (SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA. Corte Especial. REsp 1.111.743/DF. Relatora: Nancy Andrigui. Brasília, DF, 02 de dez. de 2009. DJ de 21 de jun. de 2006.)

insegurança jurídica, decorrente do risco de coexistência de decisões conflitantes.¹¹⁵

Pela leitura do mencionado dispositivo, o incidente de resolução de demandas repetitivas é admissível quando identificada, em primeiro grau, controvérsia com potencial de gerar multiplicação expressiva, além de um correlato risco da coexistência de decisões conflitantes.

Assim, sempre que um juiz (ou relator) verificar a possibilidade de uma determinada demanda se multiplicar, suscitará, de ofício, o incidente ao Presidente do Tribunal competente, que examinará se o procedimento unificador é ou não admissível.¹¹⁶

As partes, o Ministério Público e a Defensoria Pública também poderão, por petição, requerer a instauração do incidente.¹¹⁷

Se o Tribunal admitir e concluir a conveniência de existir uma única decisão sobre o tema, o Presidente da Corte determinará a suspensão de todos os processos pendentes, em primeiro e segundo graus de jurisdição.¹¹⁸ Depois de julgado o incidente, a tese jurídica será aplicada a todos os processos que versem idêntica questão de direito.¹¹⁹

Da decisão do incidente caberá eventualmente a interposição de recurso especial e recurso extraordinário, que terão efeito suspensivo. No caso de interposição de recurso extraordinário será considerada presumida a existência de repercussão geral.¹²⁰

¹¹⁵ Projeto do Novo Código de Processo Civil, artigo 895. Disponível em: <www.senado.gov.br>. Acesso em 12/04/2011.

¹¹⁶ Entrevista com o consultor do Senado Dr. Bruno Dantas, integrante da Comissão que elaborou o anteprojeto do CPC. Disponível em: <<http://www.conjur.com.br/2010-mai-02/entrevista-bruno-dantas-integrantes-comissao-cpc>>. Acesso em 11/04/2011.

¹¹⁷ Projeto do Novo Código de Processo Civil, artigo 895. Disponível em: <www.senado.gov.br>. Acesso em 28/04/2011.

¹¹⁸ Projeto do Novo Código de Processo Civil, artigo 899. Disponível em: <www.senado.gov.br>. Acesso em 12/04/2011.

¹¹⁹ Projeto do Novo Código de Processo Civil, artigo 903. Disponível em: <www.senado.gov.br>. Acesso em 12/04/2011.

¹²⁰ Projeto do Novo Código de Processo Civil, artigo 905. Disponível em: <www.senado.gov.br>. Acesso em 12/04/2011.

Ressalte-se que a tese firmada deverá ser observada, caso contrário, caberá reclamação ao tribunal competente, como preceitua o Art. 906 do projeto.

Se, por um lado, o julgamento de recursos repetitivos não era tão eficaz por não estancar novas ações, conforme elucidado pelo Ministro Hamilton Carvalhido, o incidente de resolução de demandas repetitivas parece ser uma das soluções para a garantia do princípio da celeridade processual, com a possível redução das demandas em massa, não apenas no que se refere aos recursos, mas a todas as demandas ajuizadas com caráter repetitivo.

Neste sentido, Bruno Dantas, integrante da Comissão que elaborou o projeto do novo Código de Processo Civil, quando argüido a respeito do efeito do incidente de resolução de demandas repetitivas, comparado com o efeito do tradicional julgamento dos recursos repetitivos, afirma que:

O efeito do incidente de resolução de demandas repetitivas vai ser muito mais amplo e vai inibir as ações repetitivas. Quando o presidente do tribunal, à vista da admissibilidade do incidente, manda suspender todas as ações que estão em curso no juízo de primeiro grau, não haverá recurso porque o processo estará parado. E quando a tese for fixada, o juiz tem de aplicar aquela tese. Contra essa sentença, caberá uma apelação, mas não agravos e embargos. Estamos dando a essa decisão uma força muito grande e cogitamos a possibilidade de dar a ela efeito vinculante, proibir o juiz de decidir em sentido contrário. Quando você permite que o juiz da primeira vara decida de uma forma e o da segunda decida de outra forma, o princípio constitucional da igualdade não está sendo cumprido, gerando uma sensação de descrédito do Judiciário. Esse princípio, ao lado do princípio da legalidade, autoriza a imposição do efeito vinculante. Então, o Incidente de Resolução de Demandas Repetitivas é o carro-chefe do novo Código.¹²¹

Portanto, há grande expectativa de que o futuro incidente de resolução de demandas repetitivas juntamente com o julgamento de recursos repetitivos aperfeiçoará o conjunto das soluções para a morosidade do Poder Judiciário, de forma a garantir a promessa trazida pela Constituição Federal, de celeridade processual e de razoável duração do processo.

¹²¹ Entrevista com o consultor do Senado Dr. Bruno Dantas, integrante da Comissão que elaborou o anteprojeto do CPC. Disponível em: <<http://www.conjur.com.br/2010-mai-02/entrevista-bruno-dantas-integrantes-comissao-cpc>>. Acesso em 11/04/2011.

Por fim, resta esclarecer que todas as propostas trazidas pela Comissão no projeto do novo Código de Processo Civil, assim como o julgamento dos recursos repetitivos (Lei 11.672/2008), fonte de sua inspiração, visam ao mesmo resultado: a celeridade processual e uma prestação jurisdicional de qualidade, o que se tem buscado há alguns anos pelo legislador e que em breve poderá se tornar a solução para a indesejada morosidade do Judiciário.

CONCLUSÕES

O Superior Tribunal de Justiça foi criado pelo constituinte de 1988, com a função de zelar pela integridade e pela uniformização da interpretação do direito federal infraconstitucional, diminuindo em grande parte as questões que eram de apreciação do Supremo Tribunal Federal. Neste contexto, foi criado o recurso especial, como meio de submeter as ofensas à legislação infraconstitucional à crítica Superior Tribunal de Justiça.

As estatísticas constantes do sítio do Superior Tribunal de Justiça indicam que em seu primeiro ano de existência, foram distribuídos ao STJ 6.103 processos, número este que alcançou o seu ápice no ano de 2007, alcançando a dimensão de 313.364 processos. O Superior Tribunal de Justiça estava em vias de se transformar em uma imprópria 3ª instância, na medida em que a mera insatisfação das partes com a decisão do juízo *a quo*, geraria a interposição de um recurso à Corte Superior.

Assim, tendo em vista os números preocupantes e desproporcionais de processos submetidos ao Superior Tribunal de Justiça, que aumentam a cada dia a morosidade não apenas dentro da Corte Superior, mas da própria prestação jurisdicional, foi criado o novo procedimento de julgamento de recursos repetitivos, com a principal finalidade de garantir o princípio da celeridade processual e da razoável duração do processo, previstos no artigo 5º da Constituição Federal.

O julgamento de recursos repetitivos inserido em nosso ordenamento jurídico pela Lei 11.672/2008, acrescentando o Art. 543-C ao vigente Código de Processo Civil é um mecanismo criado com o intuito de desafogar a Corte Superior das inúmeras causas repetitivas a ele submetidas, além de desejável uniformização da jurisprudência.

Assim, teoricamente, com a redução da quantidade de recursos repetitivos, menos recursos seriam submetidos ao STJ e, conseqüentemente, as demandas submetidas ao Tribunal seriam solucionadas com maior rapidez. Sobremais, a Corte teria maior

disponibilidade para o julgamento daquelas questões mais complexas e relevantes com aperfeiçoamento da qualidade da prestação jurisdicional.

Mas afinal, o novo procedimento ora examinado cumpriu com a sua finalidade durante seu pouco tempo de vigência? O princípio da celeridade processual está sendo garantido com a aplicação do julgamento dos recursos repetitivos? O procedimento tem sido uma boa solução para a morosidade do Judiciário?

Os elementos aqui alinhavados permitem verificar que os números trazidos pelo julgamento de recursos especiais repetitivos são bastante expressivos. Apenas os recursos especiais distribuídos ao Superior Tribunal de Justiça foram reduzidos em 48%. Os números de agravos tiveram uma redução menor, da ordem de aproximadamente 22%, permanecendo, esta modalidade de apelo como correspondente ao maior número de demandas submetidas ao STJ.

No entanto, em que pese a lei ter apresentando números tão significativos em pouco mais de dois anos de vigência, foi demonstrado que a quantidade de demandas submetidas ao Superior Tribunal de Justiça ainda ostenta números preocupantes.

O procedimento de julgamento dos recursos repetitivos é sem sombra de dúvida um fator que contribui para a garantia da celeridade processual, tanto que em tão pouco tempo de vigência os números favoráveis aqui manejados mostraram-se expressivos, a par da isonomia e da segurança jurídica garantida nas decisões proferidas pelo Superior Tribunal de Justiça.

No entanto, para a garantia absoluta do princípio constitucional precisam ser criadas uma série de outras medidas, ou seja, como já afirmado, o regime dos recursos repetitivos é uma solução dentre outras de igual importância que precisam ser implementadas.

Assim, surge a importância de se destacar algumas inovações trazidas pelo projeto do novo Código de Processo Civil, fundado sob princípios que representam a busca incontestável por prestigiar o princípio da celeridade processual e por destacar o julgamento

dos recursos repetitivos, inclusive com a criação de um dos mais inteligentes procedimentos derivados da mesma idéia original: o Incidente de Julgamento Conjunto de Demandas Repetitivas.

Resta claro que a procura do legislador por medidas que permitam alcançar o prometido pela Constituição Federal é viável, e que as esperanças renascem para os jurisdicionados a cada momento, no sentido de que a morosidade da justiça brasileira permite vislumbrar possibilidade de solução e que aos poucos estão sendo criados mecanismos que aproximam nossa realidade da celeridade processual e da razoável duração do processo.

Vêm, aqui, à baila, as célebres palavras de Ruy Barbosa, tão repetidas sempre que se discute o fenômeno da morosidade: “Mas justiça atrasada não é justiça, senão injustiça qualificada e manifesta. Porque a dilação ilegal nas mãos do julgador contraria o direito escrito das partes, e, assim, as lesa no patrimônio, honra e liberdade.”.

O papel fundamental de cada advogado, cada julgador, cada membro do *Parquet*, cada legislador, cada gestor público, nestes tempos que acenam com um Brasil moderno, competitivo, líder na Ordem Mundial, é atuar no sentido de fazer com que haja, por meio do acesso à justiça, adequado progresso das relações no âmbito doméstico e com que o desenvolvimento e a organização social sejam condizentes com atual escala de crescimento que a Nação apresenta.

REFERÊNCIAS

ALÁRCÓN, de Jesús Lora. Reforma do Judiciário e efetividade da prestação jurisdicional. In: TAVARES, André Ramos; LENZA, Pedro; ALARCÓN, Pietro de Jesús Lora (coord). **Reforma do judiciário analisada e comentada**. São Paulo: Método, 2005.

ALVIM, J. E. Carreira. **Recursos especiais repetitivos: mais uma tentativa de desobstruir os tribunais**. Revista de Processo. São Paulo: Revista dos Tribunais. Ano 33, n. 162, agosto/2008.

ARAÚJO, Nadia de. **Direito internacional privado: teoria e prática brasileira**. Rio de Janeiro: Renovar, 2003.

BARROS, Humberto Gomes de. **Carta de Alforria: Lei 11.672/2008 vai resgatar o STJ da inviabilidade**. Disponível em: <<http://conjur.com.br>>. Acesso em 23/10/2010.

BERMUDES, Sergio. **A Reforma do Judiciário pela Emenda Constitucional nº 45**. Rio de Janeiro: Editora Forense, 2005.

BUENO, Cassio Scarpinela. **Curso Sistematizado de Direito Processual Civil**, vol. 5. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2010.

CÂMARA, Alexandre Freitas. **Lições de direito processual civil**. 16. ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2007.

CARNEIRO, Athos Gusmão. **Primeiras observações sobre a lei dos recursos repetitivos no STJ**. Revista de Processo. São Paulo: Revista dos Tribunais. Ano 33, n. 160, jun./2008.

CAVALCANTE, Mantovanni Colares. **A Lei 11.672/2008 e o novo processamento de recursos especiais com identidade de matérias, em confronto com a feição transindividual do recurso extraordinário**. Revista de Processo. São Paulo: Revista dos Tribunais. Ano 33, n. 163, set./2008.

DANTAS, Bruno. **Repercussão Geral**. 1. ed. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2008.

DELGADO, José Augusto. Reforma do Poder Judiciário – Art. 5º, LXXVIII, da CF. In **Reforma do judiciário – primeiras reflexões sobre a Emenda Constitucional N. 45/2004**, coord. Teresa Arruda Wambier, Luiz Rodrigues Wambier, Luiz Manoel Gomes Jr, Octavio Campos Fischer e Willian Santos Ferreira. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2005.

DIDIER JÚNIOR, Fredie. **Direito processual civil: tutela jurisdicional individual e coletiva**. 5. ed. Salvador: JusPodivm, 2005.

DIDIER JÚNIOR, Fredie. CUNHA, Leonardo José Carneiro da. **Meios de Impugnação às Decisões Judiciais e Processo nos Tribunais**. 8. ed. Salvador: Editora Podivm, 2010.

FERREIRA, Marcus Vinícius Vita. **Consolidação das teses acerca de contratos bancários pela segunda seção do Superior Tribunal de Justiça: aplicação da lei de recursos repetitivos**. Revista de Direito Bancário e de Mercado de Capitais. São Paulo: Revista dos Tribunais. Ano 12, n. 43, 2009.

FUX, Luiz. **A desistência recursal e os recursos repetitivos**. Revista de Direito Renovar. Rio de Janeiro: Renovar Ltda. N. 42, 2008.

GRINOVER, Pellegrini Ada. FILHO, Antonio Magalhães Gomes. FERNANDES, Antonio Scarance. **Recursos no Processo Penal**. 5. ed. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2008.

GUERRA FILHO, Wilis Santiago. Notas sobre algumas recentes inovações no perfil constitucional do Poder Judiciário. In: TAVARES, André Ramos; LENZA, Pedro; ALARCÓN, Pietro de Jesús Lora (coord). **Reforma do judiciário analisada e comentada**. São Paulo: Método, 2005.

THEODORO JÚNIOR, Humberto. O novo art. 543-C do Código de Processo Civil (Lei nº 11.672, de 8.5.2008). **Revista Forense**. Rio de Janeiro: Forense. v. 104, n. 397, maio/jun. 2008.

MANCUSO, Rodolfo de Camargo. **Recurso Extraordinário e Recurso Especial**. 8. ed. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2003.

MARTINS, Samir José Caetano. **O julgamento de recursos especiais repetitivos**. Revista Dialética de Direito Processual. São Paulo: Dialética. N. 64, jul./2008.

MENDES, Gilmar Ferreira. COELHO, Inocêncio Mártires. BRANCO, Paulo Gustavo Gonet. **Curso de Direito Constitucional**. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2008.

MORAES, Alexandre de. **Direito constitucional**. 11. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

NERY JÚNIOR, Nelson. **Teoria Geral dos Recursos**. 6. ed. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2004.

OLIVEIRA, Gleydson Kleber Lopes de Oliveira. **Recurso Especial**. 1. ed. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2002.

PAULO, Vicente. ALEXANDRINO, Marcelo. **Direito constitucional descomplicado**. 4. ed. São Paulo: Método, 2009.

RODRIGUES NETTO, Nelson. **Análise crítica do julgamento “por atacado” no STJ (Lei 11.672/2008 sobre recursos especiais repetitivos)**. Revista de Processo. São Paulo: Revista dos Tribunais. Ano 33, n. 163, set/2008.

SENADO FEDERAL. Projeto do Novo Código de Processo Civil. Disponível em: <www.senado.gov.br>. Acesso em 15/11/2010.

SERAU JÚNIOR, Marco Aurélio; REIS, Silas Mendes. **Recursos especiais repetitivos no STJ**. Rio de Janeiro: Forense; São Paulo: Método, 2009.

SOUZA, Bernardo Pimentel. **Introdução aos Recursos Cíveis e à Ação Rescisória**. 6. ed. São Paulo: Saraiva, 2009.

WAMBIER, Luiz Rodrigues; WAMBIER, Teresa Arruda Alvim; MEDINA, José Miguel Garcia. **Breves comentários à nova sistemática processual civil**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2005.

WAMBIER, Luiz Rodrigues. VASCONCELOS, Rita de Cássia Corrêa de. **Recursos especiais repetitivos: reflexos das novas regras (Lei 11.672/2008 e Resolução do STJ) nos processos coletivos**. Revista Jurídica. Porto Alegre: Notadez. Ano 57, n. 378, abril/2009.

WAMBIER, TERESA Arruda Alvim. **Recurso Especial, Recurso Extraordinário e Ação Rescisória**. 2. ed. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais.